

PREGÃO ELETRÔNICO

002/2026

CONTRATANTE (UASG)

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
925152

OBJETO

Contratação de empresa especializada na terceirização de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, de Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack, Arquivista Pleno e Teleatendentes, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 521.682,76 (quinhentos e vinte e um mil seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/04/2026 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
8. DOS RECURSOS	19
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

(Processo Administrativo n.º 009/2026)

Torna-se público que o CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS (CRCMG), com sede na rua Cláudio Manoel, 639, Savassi, Belo Horizonte-MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na terceirização de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, de Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack, Arquivista Pleno e Teleatendentes, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.6.11. sociedades cooperativas;
 - 2.6.12. pessoas físicas;
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.13. A vedação de que trata o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.12 deste Edital.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir

do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 4.5.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 4.5.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.6.1.de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.6.2.que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.6.3.de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.6.4.cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.6.5.cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.6.6.constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.6.7.que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.6.8.que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 4.6.9.resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 e 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor total do item;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou

sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

- 5.12. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência e seus apêndices.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
 - 6.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.23.1. empresas brasileiras;
 - 6.23.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.23.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.25.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.25.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

- 6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
 - 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>); e
 - 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);
Certidão Negativa de licitante inidôneo, mantida pelo Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:103772785698238:::P3_TIPO_RELACAO:INID_ONEO);
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
 - 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
 - 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

- 7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.8.1. Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack: MG000635/2025;

7.8.2. Arquivista Pleno: MG001973/2025;

7.8.3. Teleatendentes: MG003299/2025.

- 7.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

- 7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1. conter vícios insanáveis;

7.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

- 7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- 7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

- 7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.22. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 7.22.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta, podendo ser adotado o modelo constante do Anexo VIII - Declaração de Responsabilidade pelo Enquadramento Sindical;
- 7.22.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- 7.22.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- 7.22.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser adotado o modelo constante do Anexo VIII - Declaração de Responsabilidade pelo Enquadramento Sindical;;

- 7.23. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 7.24. O pregoeiro de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 7.25. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.26. O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.
- 7.27. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá

um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia no Portal de Compras Governamental.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
 - 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
 - 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
 - 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, no prazo de até 2 (duas) horas, para:
- 8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 9.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.crcmg.org.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 11.1.6. fraudar a licitação
 - 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às

penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo correio eletrônico licitacao@crcmg.org.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.crcmg.org.br.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1. Apêndice I do Termo de Referência - Estudos Técnicos Preliminares;
 - 13.11.1.2. Apêndice II do Termo de Referência – Especificações Detalhadas;
 - 13.11.1.3. Apêndice III do Termo de Referência - Planilhas de Composição dos Custos Estimados;
 - 13.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta;
 - 13.11.2.1. Apêndice I do Modelo de Proposta - Orientações para Elaboração e Gestão da Planilha de Custos e Formação de Preços;
 - 13.11.2.2. Apêndice II do Modelo de Proposta – Modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços;
 - 13.11.3. ANEXO III – Modelo de Autorização de Desconto nas Faturas e de Pagamento Direto aos Trabalhados;
 - 13.11.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública;
 - 13.11.5. ANEXO V - Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
 - 13.11.6. ANEXO VI – Ficha de Inspeção dos Serviços;

13.11.7. ANEXO VII – Minuta de Contrato.

13.11.8. ANEXO VIII - Declaração de Responsabilidade pelo Enquadramento Sindical.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2026.

Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira
Presidente do CRCMG

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 009/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços comuns de natureza continuada de empresa especializada na terceirização de mão de obra, visando o fornecimento, em regime de dedicação exclusiva, de Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack, Arquivista Pleno e Teleatendentes, durante o período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Desenvolvedor web sênior – full stack	25917	Posto	1	R\$ 22.182,75	R\$ 22.182,75
2	Arquivista pleno	14036	Posto	1	R\$ 10.546,30	R\$ 10.546,30
3	Teleatendentes	13447	Posto	2	R\$ 5.372,26	R\$ 10.744,52
Valor mensal estimado dos serviços (todos os postos)						R\$ 43.473,56
Valor global estimado dos serviços durante o período de 12 meses (todos os postos)						R\$ 521.682,76

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), uma vez que as especificações estão objetivamente estabelecidas neste procedimento.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice I deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme indicado nos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução como um todo, necessária ao atendimento da demanda, diz respeito basicamente à contratação de empresa para execução de serviços terceirizados de mão de obra de profissional Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack, Arquivista Pleno e Teleatendentes, observados os requisitos já trazidos nestes Estudos Preliminares, entre os quais se incluem:

3.2. Execução dos serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

- 3.3. Alocação no contrato de profissional com experiência e capacidade técnica adequadas à prestação dos serviços demandados;
- 3.4. Prestação dos serviços na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG, admitido o regime de teletrabalho exclusivamente para o posto de Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack, na forma regulamentada pelo CRCMG;
- 3.5. Não haverá necessidade de substituição, durante o período de férias e demais situações descritas no Apêndice III do Termo de Referência – Planilhas de Composição dos Custos Estimados, para os postos de Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack e de Arquivista, tendo em vista que se tratam de serviços técnicos especializados que demandam um período de adaptação às rotinas das atividades a serem desenvolvidas no CRCMG. Eventual substituição, por um curto lapso de tempo, não seria suficiente à adequação dos substitutos ao fluxo de trabalho, razão pela qual não se faz conveniente à Administração.
- 3.6. O cumprimento de jornada de trabalho dos postos alocados na execução dos serviços seguirá o disposto no Apêndice II do Termo de Referência – Especificações Detalhadas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que for aplicável.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis,

prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

5.1.2. A descrição detalhada dos aspectos que envolvem a prestação dos serviços está disposta no Apêndice II do Termo de Referência – Especificações Detalhadas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. A descrição detalhada quanto ao local e horário de execução dos serviços está disposta no Apêndice II deste Termo de Referência – Especificações Detalhadas.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará, ainda, as disposições do Apêndice II deste Termo de Referência – Especificações Detalhadas.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a estabelecidas no Apêndice II do Termo de Referência – Especificações Detalhadas, conforme o caso do posto.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as características e detalhamentos constantes do Apêndice II deste Termo de Referência – Especificações Detalhadas, conforme o caso do posto.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias

para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.17. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.18. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.18.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.18.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.18.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.18.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.18.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.18.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.18.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.18.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.18.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.18.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.18.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.18.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.18.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.18.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.18.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.18.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.18.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.18.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.18.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.18.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.18.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.18.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.19. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.18.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.19.1. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.18.1.3.6 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente

6.19.2. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.19.3. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.19.4. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.19.5. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.19.6. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.19.7. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.19.8. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.19.9. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

- 6.19.10. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.19.11. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.19.12. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.19.13. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.19.14. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.19.15. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.19.16. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.19.17. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.19.18. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.19.19. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.19.20. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.19.21. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.19.21.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
 - 6.19.21.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.19.22. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.19.22.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
 - 6.19.22.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.19.23. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.19.24. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.20.9. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de

revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período do primeiro ao último dia do mês.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.10.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.18.1. o prazo de validade;
- 7.18.2. a data da emissão;
- 7.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.18.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.18.5. o valor a pagar; e
- 7.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.21.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 7.21.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.32. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.32.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.32.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.33. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.34. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.34.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.34.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.35. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.35.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.36. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.37. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.38. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.39. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.40. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.40.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.40.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.40.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.40.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.40.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.40.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio

coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.41. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.43. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.44. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.46. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.47. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.48. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.49. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.50. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.51. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder

aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.52. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.53. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.54. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.55. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.56. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.57. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.58. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.59. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.59.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Conta-Depósito Vinculada

7.60. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.61. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.62. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.63. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.64. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 7.64.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 7.64.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 7.64.3. Multa sobre o FGTS; e
- 7.64.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.65. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.66. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.67. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.68. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.69. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.70. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.71. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.72. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada em pesquisa salarial e/ou na Convenção Coletiva de Trabalho, abaixo indicadas, utilizado(a) como paradigma:

DESENVOLVEDOR WEB SÊNIOR – FULL STACK		
Salário	Auxílio alimentação	CCT
R\$ 10.167,67	R\$ 776,57	MG000635/2025
ARQUIVISTA PLENO		
Salário	Auxílio alimentação	CCT
R\$ 3.804,06	R\$ 776,57	MG001973/2025
TELEATENDENTES		
Salário	Auxílio alimentação	CCT
R\$ 1.753,45	R\$ 554,82	MG003299/2025

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam das planilhas constantes do Apêndice III do Termo de Referência – Planilhas de Composição dos Custos Estimados.

9.3.4. Nos termos do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e do Acórdão TCU 1207/2024 – Plenário c/c Acórdão TCU 1589/2024 - Plenário, para fins de pesquisa salarial compatível com a complexidade das atividades dos postos de arquivista pleno e de desenvolvedor web sênior, foram apurados os resultados obtidos pela média, mediana e menor preço. Adotando-se o menor preço como valor de referência do salário e do auxílio alimentação, constando ambos da Tabela de Preços de Consultoria Relatório de Consolidação de Custos de Mão de Obra outubro/2025.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\phantom{\text{Passivo Total}}} \end{array}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.24.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste Termo de Referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.29.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.29.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao máximo aceitável, é de R\$ 521.682,76 (quinhentos e vinte e um mil seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), conforme custos

unitários apostos na tabela contida no Apêndice III do Termo de Referência - Planilhas de Composição dos Custos Estimados.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em dotação orçamentária própria.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Projeto: 5001
- b) Conta Contábil: 6.3.1.3.02.01.021
- c) Centros de Custo: 327 / 328 / 322

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Plano de Trabalho do respectivo exercício.

12. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

GERENTE DE REGISTRO

GERENTE DE CADASTRO E COBRANÇA

GERENTE DE CONTRATAÇÕES

PRESIDENTE

**APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDOS TÉCNICOS
PRELIMINARES - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

Setor Requisitante	Gerência de Tecnologia da Informação
Responsável Pela Demanda	Cláudio Márcio Araújo da Silva
Equipe de Planejamento	Cláudio Márcio Araújo da Silva Henry Caetano Ávila de Andrade Cláudia Dias de Andrade

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Prestação de serviços de um desenvolvedor web, *Full Stack*, visando ampliar a capacidade de desenvolvimento de novos sistemas de informática e manutenção do legado tecnológico do CRCMG. A contratação visa suprir a necessidade de mão de obra especializada em PHP com Laravel para a manutenção e evolução dos sistemas existentes.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. As atividades e processos internos do CRCMG são fortemente apoiados por sistemas de informação, os quais contribuem para gerar ganho de eficiência e de produtividade para a Entidade.

2.2. A Gerência de Tecnologia da Informação (Getin) é responsável por disponibilizar e manter serviços de tecnologia essenciais às áreas de negócios e aos usuários finais do CRCMG, incluindo diversas aplicações desenvolvidas internamente que constituem um importante arcabouço tecnológico de propriedade do Conselho

2.3. O desenvolvimento de novas aplicações web faz-se necessário para atender às necessidades do CRCMG, de forma a agilizar a execução de seus processos internos.

2.4. O Plano Diretor de Tecnologia da informação - PDTI, instituído em 2018, contém as solicitações de desenvolvimento de softwares das áreas do CRCMG. O desenvolvimento destes aplicativos e funcionalidades visa a melhoria dos processos internos de cada gerência.

2.5. O CRCMG possui atualmente, em seus quadros, dois desenvolvedores de softwares, sendo que apenas um atua em tempo integral, enquanto o outro desenvolvedor se dedica a diversas outras atividades executadas pela Getin. Diante disso, a mão de obra para desenvolvimento de aplicativos no CRCMG é reduzida e abaixo do necessário ao atendimento das demandas das áreas.

2.6. A tabela abaixo mostra o total de solicitações de desenvolvimento de software para cada ano do PDTI. Exibe também a quantidade de solicitações que foram resolvidas.

Ano	Solicitações de desenvolvimento	Solicitações Concluídas	Percentual de Conclusão
2019	26	14	53,85%
2020	36	17	47,22%
2021	33	13	39,40%
2022-2023	30	17	56,67%
2024-2025	20	11	55%

Obs: Estes dados consideram as demandas priorizadas em cada ano, as demais solicitações encontram-se paralisadas, aguardando a disponibilidade da equipe de desenvolvimento.

2.7. Existe a necessidade contínua de manter e evoluir os sistemas atuais desenvolvidos em PHP, implementando novos módulos, testes automatizados e garantindo a performance e segurança das aplicações.

2.9. A cada ano, são priorizadas demandas dentro da capacidade de produção da equipe. Há, atualmente, cinco demandas de 2024/2025 que não foram implementadas até a presente data (2025). Com efeito, haja vista o volume de solicitações que surgem, tornou-se recorrente a prática de se priorizar determinados desenvolvimentos em detrimento de outros, como resultado, a quantidade de projetos preteridos vai se avolumando.

2.10. Nota-se, portanto, que a necessidade de desenvolvimento de softwares é superior à capacidade de entrega da atual equipe de desenvolvimento. Considerando que estas demandas são essenciais para a evolução gerencial dos setores e do CRCMG, faz-se necessário incrementar a mão de obra destinada ao desenvolvimento desses softwares para atender à crescente demanda.

2.11. Importa registrar, ainda, que, conforme dispõe a Resolução CRCMG nº 428 de 26 de fevereiro de 2021, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do CRCMG, o cargo de Analista de Sistemas torna-se extinto com a vacância, não sendo possível, portanto, a contratação desse profissional pela via do concurso público.

2.12. Diante disso, apresenta-se como solução viável a execução indireta, mediante contratação de serviços, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fundamento na Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seges) e no Decreto nº 9.507/2018, prática que tem se tornado cada vez mais comum no âmbito da Administração Pública.

2.13. Cumpre salientar que a necessidade de desenvolvimento de softwares, além de estar prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período, encontra-se também alinhada ao Planejamento Estratégico do CRCMG, sobretudo no que se refere à viabilização dos meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão da Entidade.

2.14. Uma tentativa anterior de contratação de um desenvolvedor não obteve sucesso devido à baixa remuneração ofertada para o nível de experiência exigido. Para corrigir essa falha, a presente contratação busca profissional de nível sênior, com remuneração final compatível com o mercado, para assegurar a qualidade técnica necessária para os desafios atuais e futuros do CRCMG.

3. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO CRCMG

3.1. A contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados, de que trata estes Estudos Preliminares, encontra-se alinhada ao:

- a) Plano Anual de Contratações de 2026, item 76 - *Serviços terceirizados (outras funções de apoio administrativo e operacional)*;
- b) Planejamento Estratégico da Entidade, que tem entre seus objetivos “assegurar meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão”;
- c) Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

3.2. A contratação encontra-se, ainda, prevista no Plano de Trabalho 2026, conforme os seguintes descritivos:

- a) Programa: suporte e apoio de atividades afins.
- b) Projeto: 5001 – Serviços administrativos.
- c) Justificativa: A contratação de serviços para apoio administrativo e operacional é necessária para que o Conselho possa desempenhar sua função institucional, bem como para assegurar a continuidade e qualidade da prestação de serviços.
- d) Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.021 - Serviços de apoio administrativo e operacional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.2. – ITEM 1 – DESENVOLVEDOR WEB SÊNIOR (PHP)

4.2.1. Requisitos Básicos

- Possuir comprovadamente, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência como Desenvolvedor web Sênior com *Backend* em PHP e Laravel.
- Bacharelado em Ciência da Computação ou área relacionada.
- Habilidades para trabalhar em equipe.
- Ser capaz de criar códigos bem organizados com alta legibilidade e semântica.
- Ser capaz de manter-se atualizado com as novas tecnologias.

4.2.2. Requisitos Técnicos

- Domínio de PHP 8+, com experiência no uso dos recursos mais recentes da linguagem.
- Vasta experiência no framework Laravel 10+.
- Experiência com Livewire.
- Experiência com Tailwind CSS.
- Experiência com Vue.js e Inertia.js.
- Proficiência na implementação de testes unitários e de features com PHPUnit e/ou Pest.
- Sólidos conhecimentos em Orientação a Objetos e arquitetura MVC.
- HTML, CSS e JavaScript.
- Utilização de ferramentas GIT para gerenciamento do código fonte.
- Noções de ambiente Linux.
- Conhecimento em Microsoft SQL Server.

4.2.3. Atividades a Serem Realizadas

- Implementar novos módulos nos sistemas web existentes.
- Definir cronograma e planejamentos das atividades para execução de um projeto de software.
- Dar manutenção e propor melhorias nas funcionalidades atuais.
- Escrever ou revisar códigos para diferentes aplicações.
- Criar e manter a documentação dos softwares.
- Implementar e executar testes automatizados para garantir a qualidade e estabilidade das aplicações.
- Colaborar com outros desenvolvedores para atender às demandas do CRCMG.

4.3. DA JORNADA DE TRABALHO

4.3.1. A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 8 (oito) horas diárias.

4.4. DO LOCAL E DA CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.4.1. O profissional alocado no contrato deverá executar os serviços presencialmente, na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG.

4.4.2. A critério do CRCMG, poderá ser admitido o exercício das atividades em teletrabalho, na forma de regulamento próprio.

4.5. DA NATUREZA CONTINUADA DOS SERVIÇOS

4.5.1. Os serviços caracterizam-se como de natureza continuada, tendo em vista que se inserem na gama de atividades necessárias e permanentes à consecução das atribuições finalísticas da Entidade. Atualmente, vários serviços e rotinas internas são desenvolvidos em programas criados internamente, como sistema de compras, controle de contratos, controle de ponto, gestão da Qualidade, dentre outros.

4.5.2. O desenvolvimento de novos programas e a melhoria dos já existentes estão incluídos no planejamento do CRCMG, que busca otimizar as atividades desenvolvidas por todos os seus setores, sobretudo no que se refere aos critérios de celeridade, assertividade, padronização, disponibilidade da informação e controle dos processos, pressupostos esses intimamente vinculados ao princípio da eficiência.

4.5.3. Nota-se, portanto, que a contratação dos serviços de desenvolvimento de softwares, conforme o escopo pretendido, repercutirá na execução dos serviços e rotinas desenvolvidas em todas as áreas do CRCMG.

4.5.4. Com efeito, atualmente, não é possível desvincular a tecnologia dos serviços e rotinas diárias desempenhadas pelos empregados do CRCMG. Nesse sentido, a contratação dos serviços insere-se no contexto de modernização das atividades da Entidade, que tem, como fim último, o aperfeiçoamento da execução de suas atribuições institucionais e prestação de serviços aos profissionais da contabilidade e à sociedade.

4.5.5. Assim, considerada a atual conjuntura e o histórico levantado sobre o percentual de atendimento das demandas de desenvolvimento de softwares, entre os anos de 2019 e 2025, mostra-se explícita a perspectiva de a execução dos serviços estender-se para mais de um exercício financeiro.

4.5.6. Dessa forma, tendo em conta o liame entre as soluções web demandas e as atividades executadas rotineiramente pelo CRCMG, compreende-se que os serviços de desenvolvimento de software caracterizam-se como de natureza continuada, haja vista que sua interrupção, inevitavelmente, acarretará prejuízos à Entidade, paralisando o desenvolvimento dos softwares que estiverem em andamento, impossibilitando a criação de novos programas ou causando morosidade na execução dos projetos.

4.5.7. Dessa forma, considerando que se trata de demanda permanente da Administração, verifica-se a possibilidade de prorrogações sucessivas, nos termos do inciso XV do art. 6 c/c art. 107, ambos da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

4.5.8. Assim, recomenda-se que seja previsto no contrato a possibilidade de prorrogação sucessivas, na forma da Lei n.º 14.133/2021.

4.6. DOS DIREITOS AUTORAIS

4.6.1. Os direitos autorais dos softwares desenvolvidos, independente do nome ou da classificação dada, assim como dos conteúdos criados, incluindo os códigos; resultantes dos serviços prestados no âmbito do contrato, pertencerão exclusivamente ao CRCMG.

4.7. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.7.1. A execução dos serviços deverá ser em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, na forma do art. 17 da IN 05/2017 – Seges, exigindo-se da contratada que:

- a) o empregado da contratada fique à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços, sendo admitida a execução das atividades em teletrabalho, na forma de regulamento da Administração;
- b) a contratada não compartilhe o seu empregado, alocado no contrato, para execução simultânea de outros contratos; e
- c) a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão do recurso humano alocado ao contrato.

4.8. DOS FORNECEDORES DISPONÍVEIS NO MERCADO

4.8.1. Em pesquisa realizada pela internet foi possível encontrar várias empresas que prestam serviços terceirizados de mão de obra, conforme listado abaixo:

- GT Serviços Terceirizados - <http://www.gtservicos.com.br/>;
- Delta Facilities - <https://deltafacilities.com.br/>;
- CWR Consultoria e Administração LTDA - <https://cwronline.com.br/>
- Tarefa Facilities Services - <https://grupotarefa.com.br/facilities-services/>;
- Stark Facilities - <https://starkfacilities.com.br/>
- Village Facilities Services - <https://villageservicos.com.br/#inicio>

4.8.2. A contratação de serviços sob o regime de execução indireta, no âmbito da Administração Pública federal, é habitual, sendo regulamentada pela Instrução Normativa SEGES n.º 05/2017.

4.8.3. Consta-se, portanto, que há no mercado diversas empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados de mão de obra, não se vislumbrando, nesta fase de estudo, qualquer dificuldade ou restrição à participação de fornecedores em futura disputa pela contratação do objeto.

4.8.4. Ressalte-se, ainda, que, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - Acórdão n.º 1443/2014 – Plenário, na contratação de serviços terceirizados, destaca-se a habilidade da empresa em realizar a gestão da mão de obra e não a sua capacidade em relação à atividade a ser contratada, o que, por via de regra, amplia bastante o universo de empresas aptas a participarem do certame.

4.9. DA SUSTENTABILIDADE

4.9.1. A contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que aplicável.

4.10. DA EXIGÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.10.1. Deverá ser exigida a apresentação de balanço patrimonial e de demonstrações contábeis, aferida a boa situação financeira das licitantes por meio de índices econômicos estabelecidos no edital.

4.10.2. A exigência está em conformidade com o item 11.1 do Anexo VII-A da Instrução Normativa nº 005/2017 – SEGES:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:
 - d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
 - d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- e) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.10.3. A medida está alinhada, ainda, ao Parecer n.º 00017/2024/CNLCA/CGU/AGU

Sabe-se que a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, permanece vigente e é aplicável, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços de que trata a Lei nº 14.133/2021.

De acordo com as previsões do Anexo VII-A da referida norma, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, as condições de habilitação econômico-financeira que devem ser exigidas pela Administração envolvem a comprovação dos seguintes índices mínimos pelos licitantes:

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

Conforme já abordado nesta manifestação, essas exigências decorrem de recomendações realizadas pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 1214/2013 – Plenário, a partir de estudos desenvolvidos para propor melhorias nesse tipo de contratação pública. Aparentemente, os estudos adotados pelo TCU no referido acórdão não justificaram a exigência de índices mínimos para além do último exercício social.

4.11. VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO:

4.11.1. De sociedades cooperativas.

4.11.1.1. A vedação às sociedades cooperativas decorre do disposto no Parecer n. 00002/2023/; DECOR/CGU/AGU:

Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

4.11.2. De pessoas físicas.

4.11.2.1. A vedação à participação de pessoas físicas, em licitações de serviços terceirizados de mão de obra, decorre do disposto no art. 4º-B da Lei n.º 6.019/1974, incluído pela Lei n.º 13.429/2017, que restringe a execução dos serviços à pessoa jurídica:

Art. 4º-B. São requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros:

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - registro na Junta Comercial;

III - capital social compatível com o número de empregados, observando-se os seguintes parâmetros:

a) empresas com até dez empregados - capital mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

b) empresas com mais de dez e até vinte empregados - capital mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

c) empresas com mais de vinte e até cinquenta empregados - capital mínimo de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

d) empresas com mais de cinquenta e até cem empregados - capital mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e

e) empresas com mais de cem empregados - capital mínimo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

5.1. Conforme levantado pela Getin, considerando que atualmente o CRCMG conta com apenas dois analistas de sistemas, sendo somente um full time, estima-se que a prestação de serviços terceirizados de mão de obra de apenas um profissional seja suficiente ao atendimento da demanda existente, levando-se em conta que representará um acréscimo de 50% na capacidade de desenvolvimento dos novos sistemas e dos serviços correlacionados.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Contratar empresa (casa de software)

6.1.1. A contratação por escopo/projeto possui os seguintes pontos negativos:

- a) tende a ficar mais caro, pois serão várias contratações e todas com escopo fechado.
- b) o CRCMG ficaria muito dependente da empresa, a manutenção das aplicações desenvolvidas por estas empresas seria mais complexa;
- c) para cada contratação pode vir uma empresa nova que terá um grande trabalho e desgaste de tempo para entender a dinâmica do CRCMG e dos sistemas, além disso, seriam vários contratos para serem gerenciados, dificultando o acompanhamento das demandas e gestão de tantas empresas;

- d) a manutenção dos atuais aplicativos do CRCMG ficaria comprometida, por falta de mão de obra, aumento dos riscos em função do compartilhamento de dados e acessos aos sistemas do CRCMG com as empresas.

6.2. Contratação por meio Concurso

6.2.1. Atualmente não há possibilidade de contratação pela via do concurso público, uma vez que o cargo de Analista de Sistemas será extinto com a vacância, conforme previsto na Resolução CRCMG nº 428 de 26 de fevereiro de 2021, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do CRCMG.

6.3. Execução indireta, mediante contratação de serviços (terceirização)

6.3.1. A terceirização possui os seguintes benefícios:

- a) não possui os pontos negativos apresentados anteriormente;
- b) facilita a gestão do conhecimento das aplicações do CRCMG;
- c) ganho de flexibilidade, pois o profissional alocado no contrato poderá desenvolver ou manter qualquer aplicação que seja necessária;
- d) mão de obra disponível, durante a vigência contratual, para manter a funcionalidade e buscar a melhoria tanto dos atuais quanto dos novos aplicativos.

6.3.2. De fato, a terceirização tem sido cada vez mais comum também no âmbito da Administração Pública, nesse sentido, foi editada a Instrução Normativa nº 005/2017 – SEGES, visando a melhor regulamentação das contratações sob regime de execução indireta; em 2018, avançando ainda mais no tema, houve a publicação do Decreto nº 9.507/2018, também dispendo sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços pela Administração Pública federal.

6.3.3. Na prática, a Administração Pública tem utilizado largamente a contratação de serviços de mão de obra terceirizada para execução indireta de diversas atividades, com o objetivo de atender as mais variadas necessidades, apuradas, em cada caso, de acordo com demanda regular ou específica de cada órgão ou entidade.

6.3.4. Assim, a contratação de serviços de mão de obra terceirizada, pela Administração Pública, tem possibilitado a execução indireta dos serviços por meio de empresas que disponham de pessoal e/ou profissionais qualificados, capazes de atenderem à necessidade apresentada, o que permite à Administração contratante dedicar maior concentração de esforços no cumprimento de suas atividades finalísticas, revelando-se, portanto, dentre outros argumentos levantados, o tipo de solução mais adequada a ser contratada.

7. DEFINIÇÃO DO MÉTODO PARA ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU DOS MEIOS DE PREVISÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS

7.1. O valor estimado da contratação foi obtido por meio da elaboração das planilhas de custos e formação de preços, utilizando-se os parâmetros e as metodologias previstas na Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, Seges; as recomendações exaradas na Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR; Nota Técnica nº 1/2007 – STF/SCI; Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017; Caderno de Logística (Conta-depósito vinculada) editado pela Seges; assim como orientações constantes de acordões do Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

7.3. A planilha elaborada para obtenção do valor referencial encontra-se anexa a estes Estudos Preliminares.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução como um todo, necessária ao atendimento da demanda, diz respeito basicamente à contratação de empresa para execução de serviços terceirizados de mão de obra de profissional desenvolvedor web, observados os requisitos já trazidos nestes Estudos Preliminares, entre os quais se incluem:

8.1.1. Execução dos serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

8.1.2. Alocação no contrato de profissional com experiência e capacidade técnica adequadas à prestação dos serviços demandados;

8.1.3. Prestação dos serviços na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG, admitido o regime de teletrabalho, na forma regulamentada pelo CRCMG;

8.1.4. Cumprimento de jornada de trabalho, pelo profissional alocado no contrato, de 40 horas semanais, sendo 8 horas diárias.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Apesar de a prestação de serviços terceirizados se ocupar mais da gestão da mão de obra e não da atividade demandada em si, deve-se levar em conta que há no mercado empresas que atuam de forma específica em determinado ramo de negócio, no qual detêm maior expertise.

9.2. Considerando que há outras demandas de mão de obra de serviços terceirizados, serão realizados Estudos Técnicos Preliminares específicos, embora se planeje realizar um único certame para a contratação dos serviços, contudo, visando a ampliação da competitividade, verifica-se ser mais adequada a individualização do objeto, facultando-se às licitantes a adjudicação por item, conforme o interesse, a capacidade técnica e a estratégia de negócio de cada empresa em relação ao serviço a ser licitado.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Os resultados pretendidos com a contratação dos serviços de desenvolvedor web *full stack* são os seguintes:

- a) aumento do atendimento às demandas por desenvolvimento de sistemas;
- b) melhoria e evolução dos sistemas existentes;
- c) maior agilidade na manutenção dos sistemas existentes;
- d) possibilidade de padronização dos procedimentos e da documentação produzida;
- e) melhoria na integração entre soluções de softwares.

11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não há necessidade.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Não se verificam possíveis impactos ambientais à contratação.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Diante dos elementos consignados nestes Estudos Preliminares, a Equipe de Planejamento declara que a presente contratação é viável, consoante ao disposto no inciso XIII do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020 da SEGES/ME.

Cláudio Márcio Araújo da Silva
Membro

Henry Caetano Ávila de Andrade
Membro

Cláudia Dias de Andrade
Membro

**APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDOS TÉCNICOS
PRELIMINARES - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

Setor Requisitante	Gerência de Registro
Responsável Pela Demanda	Raphael Corgosinho Leite Matos
Equipe de Planejamento	Raphael Corgosinho Leite Matos Júlio César da Silva Cláudia Dias de Andrade

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Considerando o encerramento do contrato anterior, com prazo legal de prorrogação já alcançado, torna-se necessária a contratação de serviços destinados à organização, tratamento, preservação, descarte e controle do acervo documental do CRCMG, em suporte físico e digital. A manutenção contínua desses serviços é essencial para garantir a gestão adequada da informação institucional, em conformidade com a legislação arquivística e com as normas internas da Entidade, contribuindo para a segurança, a eficiência e a rastreabilidade dos processos administrativos e históricos do Conselho.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Entre as atribuições conferidas aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) pelo Decreto-Lei nº 9.295/1946, destacam-se as competências de registrar os profissionais da contabilidade e de fiscalizar o exercício da profissão. O desempenho dessas atribuições, aliado às demais atividades administrativas, tais como administração de pessoal, contabilidade, licitações e contratos, comunicação, assessoria jurídica, resulta na recepção, produção, tratamento, tramitação e guarda de um expressivo volume de documentos físicos e digitais. Esses documentos, de diferentes naturezas e prazos de guarda, exigem tratamento técnico especializado para garantir sua organização, integridade, rastreabilidade, preservação e disponibilidade, em conformidade com a legislação arquivística e com os princípios da eficiência, transparência e legalidade que regem a Administração Pública.

2.2. O Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), em razão da natureza e do volume de sua documentação institucional, necessita de serviços técnicos especializados em gestão arquivística de documentos, abrangendo atividades de organização, classificação, avaliação, conservação, descarte e digitalização de acervos, em conformidade com as normas emanadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e com a legislação aplicável à gestão documental no âmbito da Administração Pública, especialmente a Lei nº 8.159/1991 e a Lei nº 12.682/2012.

2.3. A atual estrutura de pessoal do CRCMG não dispõe de empregados com formação específica em Arquivologia ou com capacitação técnica suficiente para executar de forma contínua e padronizada as atividades arquivísticas exigidas pela legislação e pelas boas práticas de gestão documental. Ademais, trata-se de serviço que requer conhecimento técnico especializado, atualizado conforme as normas de classificação, avaliação e destinação documental, bem como domínio de metodologias de digitalização e indexação eletrônica.

2.4. Diante desse contexto, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de arquivista mostra-se a alternativa mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração, em conformidade com o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que disciplina a execução indireta de serviços no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.5. Nos termos do referido Decreto, é admitida a contratação de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, desde que não se refiram às atividades consideradas finalísticas ou inerentes ao poder de decisão da Administração. As atividades de gestão arquivística e documental enquadram-se nesse conceito, por se tratarem de atividades de apoio técnico e administrativo, voltadas à

organização e manutenção do acervo documental da instituição, sem envolver o exercício de competências típicas de Estado.

2.6. Assim, a execução indireta desse serviço, mediante contratação de empresa especializada, é plenamente compatível com o regime jurídico aplicável e apresenta-se como solução mais eficiente e vantajosa, por permitir:

- a) a execução das atividades por profissionais devidamente qualificados, com formação e experiência específicas, sob supervisão técnica da contratada;
- b) a substituição e gestão de pessoal de forma ágil e flexível, sem aumento do quadro permanente da Administração;
- c) o cumprimento dos requisitos legais e normativos relativos à gestão documental e às normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); e
- d) a racionalização de custos e esforços administrativos, assegurando maior eficiência, continuidade e qualidade dos serviços prestados.

2.7. Dessa forma, a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público, além de estar em consonância com as disposições do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que reconhece a possibilidade de terceirização de atividades de apoio e natureza instrumental, desde que preservadas as funções típicas e finalísticas da Administração.

2.8. Considerando que o profissional a ser alocado no contrato ficará responsável pelas atividades de organização, tratamento, preservação, descarte e controle do acervo documental do CRCMG, em suporte físico e digital, além de emitir orientações aos setores da entidade sobre os procedimentos e técnicas adequados à gestão dos documentos, em conformidade com a legislação pertinente, faz necessária a contratação de arquivista pleno, com experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade, de forma a atender à necessidade da Administração, devendo contar com remuneração adequada ao nível de complexidade das atividades, mediante pesquisa salarial compatível com valores similares praticados no mercado.

3. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO CRCMG

3.1. A contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados, de que trata estes Estudos Preliminares, encontra-se alinhada ao:

- a) Plano Anual de Contratações de 2026; item 86, justificativa: *garantir a manutenção, organização e realização de tratamentos adequados dos documentos de propriedade do CRCMG, assegurando a devida preservação e manutenção do acervo físico e digital do Conselho, bem como o atendimento à legislação vigente, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Arquivo Nacional.*
- b) Planejamento Estratégico da Entidade, que tem entre seus objetivos “assegurar meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão”;

3.2. A contratação encontra-se, ainda, prevista no Plano de Trabalho 2026, conforme os seguintes descritivos:

- a) Programa: suporte e apoio de atividades afins.
- b) Projeto: 5001 – Serviços administrativos.
- c) Justificativa: A contratação de serviços para apoio administrativo e operacional é necessária para que o Conselho possa desempenhar sua função institucional, bem como para assegurar a continuidade e qualidade da prestação de serviços.
- d) Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.021 - Serviços de apoio administrativo e operacional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos mínimos da contratação:

4.2. REQUISITOS DO PROFISSIONAL A SER ALOCADO NO CONTRATO

- a) Contar com formação em bacharelado em arquivologia;
- b) Ser arquivista pleno, com experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade;
- c) A experiência considerará as atividades desempenhadas no CBO 2613-05;
- d) Ser registrado no Ministério do Trabalho;
- e) Dispor de conhecimentos práticos no uso de microcomputadores e nos aplicativos: Windows, Word, Excel, outdoor, internet.

4.3. DA JORNADA DE TRABALHO

4.3.1. A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 8 (oito) horas diárias.

4.4. DO LOCAL E DA CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.4.1. O profissional alocado no contrato deverá executar os serviços presencialmente, na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG.

4.5. DA NATUREZA CONTINUADA DOS SERVIÇOS

4.5.1. Os serviços caracterizam-se como de natureza continuada, tendo em vista que são indispensáveis à gestão dos documentos recebidos, produzidos, tratados e arquivados pelo CRCMG, relacionados às suas atribuições institucionais de registro e fiscalização do exercício da profissão contábil e atividades administrativas em geral.

4.5.2. Como se nota, os serviços possuem de natureza continuada, haja vista que sua interrupção, inevitavelmente, acarretaria prejuízos à Administração, quanto à gestão documental, assim como descumprimento da legislação e normas da atividade.

4.5.7. Dessa forma, considerando que se trata de demanda permanente da Administração, verifica-se a possibilidade de prorrogações sucessivas, nos termos do inciso XV do art. 6 c/c art. 107, ambos da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

4.5.8. Assim, recomenda-se que seja previsto no contrato a possibilidade de prorrogação sucessivas, na forma da Lei n.º 14.133/2021.

4.6. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.6.1. A execução dos serviços deverá ser em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, na forma do art. 17 da IN 05/2017 – Seges, exigindo-se da contratada que:

- a) o empregado da contratada fique à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

- b) a contratada não compartilhe o seu empregado, alocado no contrato, para execução simultânea de outros contratos; e
- c) a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão do recurso humano alocado ao contrato.

4.7. DOS FORNECEDORES DISPONÍVEIS NO MERCADO

4.7.1. Em pesquisa realizada pela internet foi possível encontrar várias empresas que prestam serviços terceirizados de mão de obra, conforme listado abaixo:

- GT Serviços Terceirizados - <http://www.gtseparicos.com.br/>;
- Delta Facilities - <https://deltafacilities.com.br/>;
- CWR Consultoria e Administração LTDA - <https://cwronline.com.br/>
- Tarefa Facilities Services - <https://grupotarefa.com.br/facilities-services/>;
- Stark Facilities - <https://starkfacilities.com.br/>
- Village Facilities Services - <https://villageseparicos.com.br/#inicio>

4.7.2. A contratação de serviços sob o regime de execução indireta, no âmbito da Administração Pública federal, é habitual, sendo regulamentada pela Instrução Normativa SEGES n.º 05/2017.

4.7.3. Constata-se, portanto, que há no mercado diversas empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados de mão de obra, não se vislumbrando, nesta fase de estudo, qualquer dificuldade ou restrição à participação de fornecedores em futura disputa pela contratação do objeto.

4.7.4. Ressalte-se, ainda, que, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - Acórdão n.º 1443/2014 – Plenário, na contratação de serviços terceirizados, destaca-se a habilidade da empresa em realizar a gestão da mão de obra e não a sua capacidade em relação à atividade a ser contratada, o que, por via de regra, amplia bastante o universo de empresas aptas a participarem do certame.

4.8. DA SUSTENTABILIDADE

4.8.1. A contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que aplicável.

4.9. DA EXIGÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 4.9.1. Deverá ser exigida a apresentação de balanço patrimonial e de demonstrações contábeis, aferida a boa situação financeira das licitantes por meio de índices econômicos estabelecidos no edital.
- 4.9.2. A exigência está em conformidade com o item 11.1 do Anexo VII-A da Instrução Normativa nº 005/2017 – SEGES:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado

da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

e) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.9.3. A medida está alinhada, ainda, ao Parecer n.º 00017/2024/CNLCA/CGU/AGU

Sabe-se que a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, permanece vigente e é aplicável, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços de que trata a Lei nº 14.133/2021.

De acordo com as previsões do Anexo VII-A da referida norma, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, as condições de habilitação econômico-financeira que devem ser exigidas pela Administração envolvem a comprovação dos seguintes índices mínimos pelos licitantes:

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

Conforme já abordado nesta manifestação, essas exigências decorrem de recomendações realizadas pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 1214/2013 – Plenário, a partir de estudos desenvolvidos para propor melhorias nesse tipo de contratação pública. Aparentemente, os estudos adotados pelo TCU no referido acórdão não justificaram a exigência de índices mínimos para além do último exercício social.

4.10. **VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO:**

4.10.1. De sociedades cooperativas.

4.10.1.1. A vedação às sociedades cooperativas decorre do disposto no Parecer n. 00002/2023/; DECOR/CGU/AGU:

Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços

terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

4.10.2. De pessoas físicas.

4.10.2.1. A vedação à participação de pessoas físicas, em licitações de serviços terceirizados de mão de obra, decorre do disposto no art. 4º-B da Lei n.º 6.019/1974, incluído pela Lei n.º 13.429/2017, que restringe a execução dos serviços à pessoa jurídica:

Art. 4º-B. São requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros:

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - registro na Junta Comercial;

III - capital social compatível com o número de empregados, observando-se os seguintes parâmetros:

a) empresas com até dez empregados - capital mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

b) empresas com mais de dez e até vinte empregados - capital mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

c) empresas com mais de vinte e até cinquenta empregados - capital mínimo de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

d) empresas com mais de cinquenta e até cem empregados - capital mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e

e) empresas com mais de cem empregados - capital mínimo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

5.1. A estimativa da quantidade a ser contratada baseia-se no histórico de execução contratual dos últimos anos, durante os quais a demanda por atividades arquivísticas foi plenamente atendida com a alocação de 1 (um) profissional arquivista nas dependências do CRCMG.

5.2. A rotina de trabalho atual exige dedicação integral de um profissional especializado para o cumprimento das atividades de organização, classificação, avaliação, digitalização, expurgo e guarda adequada dos documentos institucionais, além do apoio técnico na manutenção e atualização da Política de Gestão Documental da Entidade. Trata-se de um serviço de natureza contínua, com atribuições que exigem conhecimento técnico específico, regido por normativas arquivísticas nacionais.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Realização de concurso público para provimento de cargo de arquivista

6.1.1. A possibilidade de realização de concurso público para provimento de cargo efetivo de arquivista foi considerada, contudo, mostrou-se inadequada no curto e médio prazo, por envolver a criação de cargo específico no quadro de pessoal, com impacto permanente na folha de pagamento e no limite de gastos com pessoal. Ademais, o serviço demandado possui caráter contínuo, porém operacional e de apoio técnico, não configurando atividade típica de Estado, o que reforça a viabilidade da execução indireta, conforme o disposto no Decreto nº 9.507/2018. Assim, esta alternativa foi descartada por não atender aos critérios de economicidade e flexibilidade administrativa.

6.2. Contratação de empresa especializada em gestão de arquivo, sem alocação de mão de obra

6.2.1. A segunda alternativa consistiria na contratação de empresa apenas para assessoramento técnico e elaboração de instrumentos de gestão documental, como plano de classificação e tabela de temporalidade, sem alocação de mão de obra para execução direta das atividades. Embora tecnicamente viável, essa solução se mostrou insuficiente para atender à necessidade integral da instituição, uma vez que o CRCMG demanda execução continuada de tarefas de organização,

digitalização, avaliação e destinação de documentos, atividades que exigem presença física e dedicação diária de profissionais especializados. Dessa forma, esta opção foi considerada parcial e incompleta.

6.3. Terceirização da guarda do acervo documental

6.3.1. A terceirização da guarda do acervo, por meio da contratação de empresa para armazenagem e conservação externa dos documentos, foi igualmente analisada. Essa solução, embora possa ser aplicável a casos específicos, não se revelou adequada à realidade do CRCMG, pois o Conselho necessita acesso frequente e imediato aos documentos para instrução de processos administrativos, fiscalização profissional e atendimento a demandas internas e externas. A transferência integral da guarda poderia comprometer a celeridade e a segurança da tramitação documental, além de implicar custos adicionais de logística e transporte, razão pela qual foi descartada.

6.4. Contratação de empresa especializada para gestão do arquivo com alocação de mão de obra

6.4.1. Por fim, analisou-se a possibilidade de contratar empresa especializada em gestão documental com alocação de mão de obra qualificada, sob supervisão técnica, para execução direta e contínua das atividades arquivísticas. Essa alternativa mostrou-se a mais adequada, eficiente e vantajosa, por assegurar o atendimento integral das demandas do CRCMG, com profissionais capacitados em Arquivologia, observância das normas do CONARQ e conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

6.4.2. A execução indireta, nessa modalidade, encontra respaldo no Decreto nº 9.507/2018, que autoriza a contratação de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, e não se confunde com terceirização de atividade finalística. Ademais, o modelo de alocação de mão de obra permite maior flexibilidade na gestão contratual, continuidade dos serviços e controle de resultados, sem aumento do quadro permanente de pessoal, conforme experiência do CRCMG, decorrente de contratação anterior.

6.5. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada em gestão de arquivo, com alocação de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, representa a solução mais vantajosa para a Administração, conciliando eficiência, economicidade e aderência às normas legais e técnicas.

7. DEFINIÇÃO DO MÉTODO PARA ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU DOS MEIOS DE PREVISÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS

7.1. O valor estimado da contratação foi obtido por meio da elaboração das planilhas de custos e formação de preços, utilizando-se os parâmetros e as metodologias previstas na Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, Seges; as recomendações exaradas na Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR; Nota Técnica nº 1/2007 – STF/SCI; Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017; Caderno de Logística (Conta-depósito vinculada) editado pela Seges; assim como orientações constantes de acórdãos do Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

7.3. A planilha elaborada para obtenção do valor referencial encontra-se anexa a estes Estudos Preliminares.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução como um todo, necessária ao atendimento da demanda, diz respeito basicamente à contratação de empresa para execução de serviços terceirizados de mão de obra de profissional arquivista, observados os requisitos já trazidos nestes Estudos Preliminares, entre os quais se incluem:

8.1.1. Execução dos serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

8.1.2. Alocação no contrato de profissional com experiência e capacidade técnica adequadas à prestação dos serviços demandados;

8.1.3. Prestação dos serviços na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG;

8.1.4. Cumprimento de jornada de trabalho, pelo profissional alocado no contrato, de 40 horas semanais, sendo 8 horas diárias.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Apesar de a prestação de serviços terceirizados se ocupar mais da gestão da mão de obra e não da atividade demandada em si, deve-se levar em conta que há no mercado empresas que atuam de forma específica em determinado ramo de negócio, no qual detêm maior expertise.

9.2. Considerando que há outras demandas de mão de obra de serviços terceirizados, serão realizados Estudos Técnicos Preliminares específicos, embora se planeje realizar um único certame para a contratação dos serviços, contudo, visando a ampliação da competitividade, verifica-se ser mais adequada a individualização do objeto, facultando-se às licitantes a adjudicação por item, conforme o interesse, a capacidade técnica e a estratégia de negócio de cada empresa em relação ao serviço a ser licitado.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Com a contratação de empresa especializada em gestão de arquivo, com alocação de mão de obra qualificada, pretende-se alcançar resultados que contribuam diretamente para a eficiência administrativa, a economicidade e a melhoria da governança documental da instituição, em específico:

a) Aumento da eficiência no fluxo documental interno, mediante a implantação de métodos padronizados de organização, classificação, avaliação, destinação e digitalização de documentos;

b) Melhor aproveitamento do espaço físico atualmente ocupado pelo acervo, a partir da organização, descarte regular de documentos inservíveis;

c) Redução de despesas operacionais relacionadas à manutenção, conservação e gestão de arquivos físicos, em razão da racionalização de processos e do uso de soluções mais adequadas e sustentáveis;

d) Melhoria na rastreabilidade e na disponibilidade das informações, possibilitando acesso rápido, seguro e eficiente aos documentos necessários à tomada de decisão e à prestação de contas;

e) Adoção de práticas de gestão documental alinhadas às normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e à Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados (Lei nº 8.159/1991);

f) Preservação da memória institucional, assegurando a integridade e autenticidade dos documentos arquivísticos, físicos e digitais, sob critérios técnicos de arquivologia; e

g) Redução de riscos operacionais, jurídicos e fiscais relacionados à guarda e eliminação de documentos fora do prazo legal.

10.2. Com o alcance desses resultados, o CRCMG espera aprimorar sua gestão documental e administrativa, reduzindo riscos de extravio ou deterioração do acervo, promovendo o uso racional dos recursos públicos e fortalecendo sua capacidade institucional de cumprir suas finalidades legais de forma mais moderna, ágil e eficiente.

11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não há necessidade.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A execução dos serviços de gestão arquivística, conduzidos por profissional capacitado, pode implicar impactos ambientais diretos e indiretos, em especial em razão das práticas de organização, avaliação, destinação e conservação do acervo documental físico e digital da instituição.

13.2. Do ponto de vista técnico, o arquivista é o responsável por aplicar metodologias e instrumentos que orientam o ciclo de vida dos documentos, classificação, arquivamento e destinação final, e, portanto, suas decisões e procedimentos têm repercussão ambiental relevante.

13.3. Embora a execução da atividade, por si só, não gera impacto, o profissional arquivista deve auxiliar a organização no cumprimento das normas relativas à adequada gestão documental, sobretudo, quanto ao descarte.

13.4. Dessa forma, sob a ótica do serviço do arquivista, os possíveis impactos ambientais estão intrinsecamente ligados à forma como a gestão documental é conduzida. Quando pautada em critérios técnicos e sustentáveis, a atuação do arquivista converte-se em um fator de mitigação e prevenção de impactos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, a eficiência administrativa e o uso racional dos recursos públicos, em conformidade com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

13.5. Assim, o profissional a ser alocado no contrato deve ser capaz de orientar a Administração acerca da correta gestão sustentável dos documentos da Entidade.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Diante dos elementos consignados nestes Estudos Preliminares, a Equipe de Planejamento declara que a presente contratação é viável, consoante ao disposto no inciso XIII do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020 da SEGES/ME.

Raphael Corgosinho Leite Matos
Membro

Júlio César da Silva
Membro

Cláudia Dias de Andrade
Membro

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Setor Requisitante	Gerência de Cadastro e Cobrança
Responsável Pela Demanda	Flávio Machado de Araújo
Equipe de Planejamento	Flávio Machado de Araújo Ilzanete Rocha Duarte de Oliveira Cláudia Dias de Andrade

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Serviço de mão de obra de teleatendimento para atuar na Central de Atendimento Telefônico do CRCMG, visando garantir a cobertura integral do atendimento ao público externo, durante o horário de expediente do Conselho.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Central de Atendimento do CRCMG é responsável por conduzir todo o atendimento telefônico da entidade, sendo essencial para garantir um canal eficiente, ágil e de qualidade com o público externo e com os profissionais da contabilidade que entram em contato com o Conselho.

2.2. Para assegurar a continuidade e a efetividade desse serviço, é imprescindível contar com uma equipe dimensionada de forma adequada à demanda, especialmente durante todo o horário de expediente do CRCMG. Cabe destacar que, neste tipo de atividade, é obrigatória a concessão de pausas regulares durante a jornada, conforme determina a legislação trabalhista.

2.3. Além disso, é necessário considerar as ausências legais recorrentes, como períodos de férias, licenças médicas e outras eventualidades que impactam diretamente na escala de atendimento. A falta de cobertura nesses momentos compromete significativamente a qualidade do serviço prestado, gerando sobrecarga para os demais colaboradores e aumento no tempo de espera para os usuários.

2.4. Recentemente, a Central de Atendimento foi impactada por pedidos de demissão de profissionais que atuavam nessa função. Diante dessa situação, torna-se imprescindível realizar a reposição dessas vagas para manter a regularidade e eficiência do serviço. Contudo, o cargo de Técnico em Atendimento, anteriormente utilizado para essas funções, foi extinto no atual Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CRCMG, o que inviabiliza a reposição por meio de cargo efetivo, através do concurso público.

2.5. Dessa forma, a alternativa viável e legalmente adequada para suprir essa necessidade é a contratação de mão de obra terceirizada de dois atendentes, com jornada de 5 (cinco) horas diárias cada, sendo um no turno da manhã e outro no turno da tarde, para garantir a cobertura integral do atendimento telefônico durante todo o expediente do CRCMG.

2.6. Essa medida visa não apenas manter a qualidade do serviço prestado, mas também assegurar o cumprimento da missão institucional da Central de Atendimento, promovendo um relacionamento mais eficiente com os públicos atendidos e valorizando o atendimento ao profissional da contabilidade.

2.7. Dessa forma, a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público, além de estar em consonância com as disposições do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que reconhece a possibilidade de terceirização de atividades de apoio e natureza instrumental, desde que preservadas as funções típicas e finalísticas da Administração.

3. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO CRCMG

3.1. A contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados, de que trata estes Estudos Preliminares, encontra-se alinhada ao:

- a) Plano Anual de Contratações de 2026; item 79, justificativa: *garantir um quantitativo mínimo de mão de obra necessário ao atendimento telefônico da entidade e ao público externo que demanda orientações e serviços prestados pelo CRCMG.*
- b) Planejamento Estratégico da Entidade, que tem entre seus objetivos “assegurar meios e recursos que permitam o cumprimento das políticas e diretrizes da gestão”;

3.2. A contratação encontra-se, ainda, prevista no Plano de Trabalho 2026, conforme os seguintes descritivos:

- a) Programa: suporte e apoio de atividades afins.
- b) Projeto: 5001 – Serviços administrativos.
- c) Justificativa: A contratação de serviços para apoio administrativo e operacional é necessária para que o Conselho possa desempenhar sua função institucional, bem como para assegurar a continuidade e qualidade da prestação de serviços.
- d) Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.021 - Serviços de apoio administrativo e operacional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos mínimos da contratação:

4.2. REQUISITOS DO PROFISSIONAL A SER ALOCADO NO CONTRATO

- a) Escolaridade mínima: Ensino médio completo;
- b) Dispor de conhecimentos práticos no uso de microcomputadores e nos aplicativos: Windows, Word, Excel, Outlook, internet.
- c) Habilidades de Comunicação;
- d) Habilidades interpessoais e características comportamentais;
- e) Habilidades básicas de conhecimento para a execução das atividades.

4.3. DA JORNADA DE TRABALHO

4.3.1. A jornada de trabalho será de 25 (vinte e cinco) horas semanais, correspondendo a 5 (cinco) horas diárias.

4.4. DO LOCAL E DA CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.4.1. Os profissionais alocados no contrato deverão executar os serviços presencialmente, na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG.

4.5. DA NATUREZA CONTINUADA DOS SERVIÇOS

4.5.1. Os serviços caracterizam-se como de natureza continuada, tendo em vista que são indispensáveis ao atendimento telefônico do CRCMG, cuja interrupção causaria prejuízo ao público externo e, por consequência, às atribuições institucionais da entidade.

4.5.2. Dessa forma, considerando que se trata de demanda permanente da Administração, verifica-se a possibilidade de prorrogações sucessivas, nos termos do inciso XV do art. 6 c/c art. 107, ambos da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
(...)

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que

haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

4.5.8. Assim, recomenda-se que seja previsto no contrato a possibilidade de prorrogação sucessivas, na forma da Lei n.º 14.133/2021.

4.6. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.6.1. A execução dos serviços deverá ser em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, na forma do art. 17 da IN 05/2017 – Seges, exigindo-se da contratada que:

- a) o empregado da contratada fique à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;
- b) a contratada não compartilhe o seu empregado, alocado no contrato, para execução simultânea de outros contratos; e
- c) a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão do recurso humano alocado ao contrato.

4.7. DOS FORNECEDORES DISPONÍVEIS NO MERCADO

4.7.1. Em pesquisa realizada pela internet foi possível encontrar várias empresas que prestam serviços terceirizados de mão de obra, conforme listado abaixo:

- GT Serviços Terceirizados - <http://www.gtseculos.com.br/>;
- Delta Facilities - <https://deltafacilities.com.br/>;
- CWR Consultoria e Administração LTDA - <https://cwronline.com.br/>
- Tarefa Facilities Services - <https://grupotarefa.com.br/facilities-services/>;
- Stark Facilities - <https://starkfacilities.com.br/>
- Village Facilities Services - <https://villageservicos.com.br/#inicio>

4.7.2. A contratação de serviços sob o regime de execução indireta, no âmbito da Administração Pública federal, é habitual, sendo regulamentada pela Instrução Normativa SEGES n.º 05/2017.

4.7.3. Constata-se, portanto, que há no mercado diversas empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados de mão de obra, não se vislumbrando, nesta fase de estudo, qualquer dificuldade ou restrição à participação de fornecedores em futura disputa pela contratação do objeto.

4.7.4. Ressalte-se, ainda, que, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - Acórdão n.º 1443/2014 – Plenário, na contratação de serviços terceirizados, destaca-se a habilidade da empresa em realizar a gestão da mão de obra e não a sua capacidade em relação à atividade a ser contratada, o que, por via de regra, amplia bastante o universo de empresas aptas a participarem do certame.

4.8. DA SUSTENTABILIDADE

4.8.1. A contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que aplicável.

4.9. DA EXIGÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.9.1. Deverá ser exigida a apresentação de balanço patrimonial e de demonstrações contábeis, aferida a boa situação financeira das licitantes por meio de índices econômicos estabelecidos no edital.

4.9.2. A exigência está em conformidade com o item 11.1 do Anexo VII-A da Instrução Normativa nº 005/2017 – SEGES:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

e) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.9.3. A medida está alinhada, ainda, ao Parecer n.º 00017/2024/CNLCA/CGU/AGU

Sabe-se que a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, permanece vigente e é aplicável, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços de que trata a Lei nº 14.133/2021.

De acordo com as previsões do Anexo VII-A da referida norma, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, as condições de habilitação econômico-financeira que devem ser exigidas pela Administração envolvem a comprovação dos seguintes índices mínimos pelos licitantes:

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

Conforme já abordado nesta manifestação, essas exigências decorrem de recomendações realizadas pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 1214/2013 – Plenário, a partir de estudos desenvolvidos para propor melhorias nesse tipo de contratação pública. Aparentemente, os estudos adotados pelo TCU no referido acórdão não justificaram a exigência de índices mínimos para além do último exercício social.

4.10. VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO:

4.10.1. De sociedades cooperativas.

4.10.1.1. A vedação às sociedades cooperativas decorre do disposto no Parecer n. 00002/2023/; DECOR/CGU/AGU:

Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

4.10.2. De pessoas físicas.

4.10.2.1. A vedação à participação de pessoas físicas, em licitações de serviços terceirizados de mão de obra, decorre do disposto no art. 4º-B da Lei n.º 6.019/1974, incluído pela Lei n.º 13.429/2017, que restringe a execução dos serviços à pessoa jurídica:

Art. 4º-B. São requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros:

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - registro na Junta Comercial;

III - capital social compatível com o número de empregados, observando-se os seguintes parâmetros:

a) empresas com até dez empregados - capital mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

b) empresas com mais de dez e até vinte empregados - capital mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

c) empresas com mais de vinte e até cinquenta empregados - capital mínimo de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

d) empresas com mais de cinquenta e até cem empregados - capital mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e

e) empresas com mais de cem empregados - capital mínimo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

5.1. A estimativa da quantidade a ser contratada baseia-se na necessidade de reposição de pessoal que se desligou do CRCMG.

5.2. Assim, a demanda da Administração constitui na alocação de dois atendentes telefônicos, sendo um no turno da manhã e outro no turno da tarde, visando garantir a cobertura integral do atendimento telefônico durante todo o expediente do CRCMG.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Execução direta do serviço por empregados dos quadros da própria Administração:

6.1.1. Avalia-se que a alternativa não se mostra adequada, uma vez que o CRCMG não dispõe de empregados contratados aptos ao exercício dessa função.

6.2. Contratação por concurso público:

6.1.1. Avalia-se que a alternativa não se mostra adequada, uma vez que o cargo de Técnico em Atendimento, anteriormente utilizado para essas funções, foi extinto no atual Plano de Cargos,

Carreiras e Salários do CRCMG, o que inviabiliza a reposição por meio de cargo efetivo, através do concurso público.

6.3. Contratação de solução tecnológica automatizada:

6.3.1. Quanto à adoção exclusiva de soluções tecnológicas automatizadas, embora tais ferramentas possam atuar de forma complementar, avalia-se que não são suficientes para suprir integralmente a demanda institucional, especialmente diante da necessidade de atendimento humanizado, resolução de demandas complexas, orientação ao público externo e tratamento de situações que exigem análise contextual e interação direta.

6.3.2. Vale registrar que o CRCMG possui Assistente Virtual disponível no Portal do Conselho, trata-se de ferramenta importante e auxiliar ao atendimento externo, não sendo, contudo, suficiente à demanda de atendimento externo.

6.4. Contratação de empresa especializada

6.4.1. Por fim, observou-se que o mercado dispõe de empresas especializadas na prestação de serviços de atendimento telefônico, com experiência comprovada na Administração Pública, capazes de fornecer mão de obra qualificada, treinada e dimensionada conforme a demanda, em conformidade com a legislação trabalhista e com os requisitos de fiscalização contratual.

6.5. Diante do levantamento realizado, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra terceirizada de atendente telefônico constitui a solução mais adequada para atender à necessidade institucional.

6.4.2. A execução indireta, nessa modalidade, encontra respaldo no Decreto nº 9.507/2018, que autoriza a contratação de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, e não se confunde com terceirização de atividade finalística. Ademais, o modelo de alocação de mão de obra permite maior flexibilidade na gestão contratual, continuidade dos serviços e controle de resultados, sem aumento do quadro permanente de pessoal, conforme experiência do CRCMG, decorrente de contratação anterior.

7. DEFINIÇÃO DO MÉTODO PARA ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU DOS MEIOS DE PREVISÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS

7.1. O valor estimado da contratação foi obtido por meio da elaboração das planilhas de custos e formação de preços, utilizando-se os parâmetros e as metodologias previstas na Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, Seges; as recomendações exaradas na Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR; Nota Técnica nº 1/2007 – STF/SCI; Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017; Caderno de Logística (Conta-depósito vinculada) editado pela Seges; assim como orientações constantes de acórdãos do Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

7.3. A planilha elaborada para obtenção do valor referencial encontra-se anexa a estes Estudos Preliminares.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução como um todo, necessária ao atendimento da demanda, diz respeito basicamente à contratação de empresa para execução de serviços terceirizados de mão de obra de atendente de telefone, observados os requisitos já trazidos nestes Estudos Preliminares, entre os quais se incluem:

8.1.1. Execução dos serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

8.1.2. Alocação no contrato de profissionais com capacidade técnica adequada à prestação dos serviços demandados;

8.1.3. Prestação dos serviços na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG;

8.1.4. Cumprimento de jornada de trabalho, pelo profissional alocado no contrato, de 25 horas semanais, sendo 5 horas diárias.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Apesar de a prestação de serviços terceirizados se ocupar mais da gestão da mão de obra e não da atividade demandada em si, deve-se levar em conta que há no mercado empresas que atuam de forma específica em determinado ramo de negócio, no qual detêm maior expertise.

9.2. Considerando que há outras demandas de mão de obra de serviços terceirizados, serão realizados Estudos Técnicos Preliminares específicos, embora se planeje realizar um único certame para a contratação dos serviços, contudo, visando a ampliação da competitividade, verifica-se ser mais adequada a individualização do objeto, facultando-se às licitantes a adjudicação por item, conforme o interesse, a capacidade técnica e a estratégia de negócio de cada empresa em relação ao serviço a ser licitado.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Com a contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra terceirizada de atendente de telefone, pretende-se alcançar resultados que contribuam diretamente para a eficiência administrativa, a economicidade e a melhoria dos serviços prestados pelo CRCMG ao público externo, em especial:

a) Assegurar a continuidade e a regularidade do atendimento telefônico institucional, garantindo resposta tempestiva às demandas do público externo, inclusive em períodos de maior volume de chamadas;

b) Elevar o nível de qualidade do atendimento ao usuário, por meio da disponibilização de profissionais capacitados, com treinamento específico para orientação, encaminhamento e resolução inicial das demandas recebidas;

c) Reduzir riscos operacionais e de descontinuidade do serviço, mediante a alocação de mão de obra dimensionada de acordo com a demanda, com possibilidade de substituição imediata em casos de afastamentos ou desligamentos;

d) Aprimorar a imagem institucional e o relacionamento com o público, por meio de atendimento humanizado, padronizado e alinhado às diretrizes institucionais de comunicação;

10.2. Dessa forma, os resultados pretendidos com a presente contratação estão diretamente vinculados ao atendimento das necessidades administrativas, à melhoria da qualidade do serviço prestado ao usuário e à observância dos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, assim como às atribuições institucionais do CRCMG, dadas pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946.

11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não há necessidade.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Considerando a natureza do objeto, trata-se de serviço essencialmente administrativo e de baixa materialidade ambiental, uma vez que não envolve qualquer processo produtivo de bens, uso de recursos naturais, geração significativa de resíduos sólidos, emissão de poluentes ou intervenções no meio ambiente.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Diante dos elementos consignados nestes Estudos Preliminares, a Equipe de Planejamento declara que a presente contratação é viável, consoante ao disposto no inciso XIII do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020 da SEGES/ME.

Flávio Machado de Araújo
Membro

Ilzanete Rocha Duarte de Oliveira
Membro

Cláudia Dias de Andrade
Membro

APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na terceirização de mão de obra, visando o fornecimento, em regime de dedicação exclusiva, de desenvolvedor web sênior PHP, arquivista e teleatendentes, durante o período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. ITEM 1 – DESENVOLVEDOR WEB SÊNIOR (PHP) - CBO 2124-05: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

2.1.1. Requisitos básicos do profissional

- a) Possuir comprovadamente, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência como Desenvolvedor web Sênior com *Backend* em PHP e Laravel.
- b) Bacharelado em Ciência da Computação ou área relacionada.
- c) Habilidades para trabalhar em equipe.
- d) Ser capaz de criar códigos bem organizados com alta legibilidade e semântica.
- e) Ser capaz de manter-se atualizado com as novas tecnologias.

2.1.2. Requisitos técnicos

- a) Domínio de PHP 8+, com experiência no uso dos recursos mais recentes da linguagem.
- b) Vasta experiência no framework Laravel 10 ou superior, preferencialmente com experiência no Laravel 12.
- c) Experiência com Livewire.
- d) Experiência com Tailwind CSS.
- e) Experiência com Vue.js e Inertia.js.
- f) Proficiência na implementação de testes unitários e de features com PHPUnit e/ou Pest.
- g) Sólidos conhecimentos em Orientação a Objetos e arquitetura MVC.
- h) HTML, CSS e JavaScript.
- i) Utilização de ferramentas GIT para gerenciamento do código fonte.
- j) Noções de ambiente Linux.
- k) Conhecimento em Microsoft SQL Server.

2.1.3. Atividades a serem realizadas

- a) Implementar novos módulos nos sistemas web existentes.
- b) Definir cronograma e planejamentos das atividades para execução de um projeto de software.
- c) Dar manutenção e propor melhorias nas funcionalidades atuais.
- d) Escrever ou revisar códigos para diferentes aplicações.

- e) Criar e manter a documentação dos softwares.
- f) Implementar e executar testes automatizados para garantir a qualidade e estabilidade das aplicações.
- g) Colaborar com outros desenvolvedores para atender às demandas do CRCMG.

2.1.4. Quantidade de postos

2.1.5. A presente contratação, de que trata o ITEM I, prevê a alocação de 01 (um) profissional Desenvolvedor Web Sênior PHP – *Full Stack*.

2.1.5. Jornada de trabalho

2.1.5.1. O profissional alocado no contrato deverá cumprir jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais; de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

2.1.5.2. Poderá haver flexibilização do horário estabelecido para a jornada de trabalho, em atendimento à necessidade da Administração e para adequação da execução dos serviços, a critério do CRCMG.

2.1.6. Direitos autorais e propriedade intelectual

2.1.6.1. Os direitos autorais dos softwares desenvolvidos, independente do nome ou da classificação dada, assim como dos conteúdos criados, incluindo os códigos, resultantes dos serviços prestados no âmbito do contrato, pertencem exclusivamente ao CRCMG.

2.1.6.2. Todo e qualquer código-fonte, script, documentação técnica, banco de dados, melhoria ou material desenvolvido no âmbito da contratação será de propriedade exclusiva do CRCMG, nos termos da legislação vigente, não se confundindo com sistemas, bases de dados ou informações pré-existentes.

2.1.7. Confidencialidade

2.1.7.1. A CONTRATADA e o profissional alocado no contrato deverão assegurar a confidencialidade de todas as informações a que tiver acesso em razão da execução do objeto, inclusive códigos-fonte, sistemas, dados pessoais, dados institucionais e bancos de dados existentes, respondendo a CONTRATADA pelos atos de seus empregados, prepostos e profissionais alocados.

2.1.7.2. A obrigação de confidencialidade subsistirá após o encerramento da contratação.

2.1.7. Local e forma de execução dos serviços

2.1.7.1. A prestação dos serviços ocorrerá na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG,

2.1.7.2. Será admitido o regime de teletrabalho exclusivamente para o posto de desenvolvedor web PHP, na forma regulamentada pelo CRCMG.

2.1.7.3. A execução das atividades em regime de teletrabalho não acarretará qualquer ônus extra ao contrato e poderá ser revogado a qualquer momento e a critério exclusivo do CRCMG.

2.1.8. Material a ser fornecido

Descrição	Quantidade de peças
Crachá com nome do profissional e da empresa	1

2.1.9. Substituição do empregado

2.1.9.1. Não haverá substituição do empregado alocado no contrato, no período de férias do titular, assim como nas ausências legais, exceto no caso de licença maternidade, quando a CONTRATADA deverá providenciar seu substituto.

2.2. ITEM 2 – ARQUIVISTA – CBO 2613-05

2.2.1. Requisitos básicos do profissional

- a) Contar com formação em bacharelado em arquivologia;
- b) Ser arquivista pleno, com experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade;
- c) A experiência considerará as atividades desempenhadas no CBO 2613-05;
- d) Ser registrado no Ministério do Trabalho;
- e) Dispor de conhecimentos práticos no uso de microcomputadores e nos aplicativos: Windows, Word, Excel, Outlook, internet.

2.2.2. Atividades a serem realizadas

- a) Organizar, classificar, codificar e arquivar os documentos destinados ao arquivo do CRCMG observando o Código de Classificação de Documentos adotados pelo Arquivo Nacional (CONARQ) e demais legislações correlatas no âmbito do CRCMG;
- b) Aplicar a temporalidade de guarda dos documentos armazenados no arquivo do CRCMG identificando aqueles cujo prazo de retenção esteja próximo do fim;
- c) Acompanhar a eliminação dos documentos após a finalização dos procedimentos realizados pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos;
- d) Higienizar os documentos que não estiverem de acordo com o formato ideal para guarda permanente, retirando qualquer objeto que possa afetar o seu estado físico;
- e) Acompanhar o estado de conservação dos documentos do arquivo do CRCMG (condições físicas e ambientais) e reportar à chefia imediata qualquer ocorrência que acarrete ou possa acarretar dano, prejuízo ou perda parcial ou total da informação armazenada no arquivo do CRCMG.
- f) Zelar pela conservação e segurança dos documentos armazenados no arquivo do CRCMG.
- g) Digitalizar documentos;
- h) Elaborar e revisar documentos normativos sobre a Gestão Documental no CRCMG;
- i) Implementar a Política de Gestão Documental no CRCMG em observância aos normativos vigentes;
- j) Executar software específico de gestão documental visando a inclusão, manutenção e exclusão de informações do acervo do CRCMG;
- k) Localizar documentos armazenados no arquivo do CRCMG;
- l) Realizar empréstimos de documentos armazenados no arquivo do CRCMG;
- m) Controlar o fluxo documental do arquivo, registrando as entradas e saídas de documentos;
- n) Emitir relatórios sobre documentos do arquivo e atividades realizadas sempre que solicitado;
- o) Orientar usuários e funcionários, através de e-mails, informativos e/ou treinamentos quanto aos devidos procedimentos de manuseio do acervo do CRCMG;

- p) Observar as Leis, Regulamentos, Resoluções, Portarias e demais normativos do Sistema CFC/CRC's;
- q) Guardar sigilo das informações do acervo do CRCMG, mantendo-as em caráter restrito, zelando contra a alteração, a destruição, a divulgação, cópias e acessos não autorizados;
- r) Exercer outras atividades pertinentes e necessárias ao desempenho da função observando a legislação do CONARQ, os normativos vigentes do Sistema CFC/CRC's, bem como a Política de Gestão Documental do CRCMG.

2.2.3. Quantidade de postos

2.2.3.1. A presente contratação, de que trata o ITEM II, prevê a alocação de 01 (um) profissional Arquivista.

2.2.4. Jornada de trabalho

2.2.4.1. O profissional alocado no contrato deverá cumprir jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais; de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

2.2.4.2. Poderá haver flexibilização do horário estabelecido para a jornada de trabalho, em atendimento à necessidade da Administração e para adequação da execução dos serviços, a critério do CRCMG.

2.2.5. Local e forma de execução dos serviços

2.2.5.1. Os serviços serão executados, presencialmente, na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG,

2.2.6. Uniforme

2.2.6.1. A CONTRATADA deverá fornecer ao profissional alocado no contrato, desde o início da execução dos serviços, uniformes novos, que deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

2.2.6.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

Descrição	Quantidade de peças
Camisa social na cor cinza, azul ou branca - com emblema da empresa	3
Calça social na cor preta	3
jaleco de manga curta, preferencialmente na cor branca;	2
jaleco de manga longa, preferencialmente na cor branca	2
Par de sapatos ou botas pretos	2
Crachá com nome do profissional e da empresa	1

2.2.6.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de boa qualidade, com resistência a pequenos atritos e não transparentes.

2.2.6.4. As peças devem ser confeccionadas em conformidade com o gênero do profissional alocado no contrato (masculino ou feminino), em tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros necessários e adequados à atividade pertinente.

2.2.6.5. Os conjuntos completos de uniformes deverão ser disponibilizados ao empregado, no início da execução do contrato, devendo haver a substituição das peças sempre que houver necessidade, de forma a manter a boa condição de apresentação dos empregados.

2.2.6.6. A substituição também poderá ser requerida pelo CRCMG, sempre que julgar necessária, mediante a apresentação das devidas justificativas à CONTRATADA.

2.2.6.7. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

2.2.7. Equipamento de proteção individual

2.2.7.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários ao desempenho da atividade, entre eles:

Descrição	Unidades Quantidade anual
Luva descartável	300
Máscara descartável	300
Toca sanfonada descartável	300
Óculos de segurança	2

2.2.7.2. Deverá ser fornecida a quantidade de EPIs necessária para o desempenho da função, mensalmente.

2.2.7.3. Os EPIs deverão ser entregues em embalagens lacradas, conforme fornecido pelo fabricante.

2.2.8. Substituição do empregado

2.2.8.1. Não haverá substituição do empregado alocado no contrato, no período de férias do titular, assim como nas ausências legais, exceto no caso de licença maternidade, quando a CONTRATADA deverá providenciar seu substituto.

2.3. ITEM 3 – TELEATENDENTES (OPERADOR DE TELEATENDIMENTO ATIVO RECEPTIVO) – CBO 4223-10

2.3.1. Requisitos básicos do profissional

- Escolaridade mínima: Ensino médio completo;
- Dispor de conhecimentos práticos no uso de microcomputadores e nos aplicativos: Windows, Word, Excel, Outlook, internet.
- Habilidades de Comunicação;
- Habilidades interpessoais e características comportamentais;
- Habilidades básicas de conhecimento para a execução das atividades.

2.3.2. Atividades a serem realizadas

- a) Realizar o atendimento telefônico do público em geral prestando informações, esclarecendo dúvidas encaminhando para as áreas competentes, quando se tratar de assuntos técnicos e específicos.
- b) Fornecer instruções básicas relacionadas a todos os serviços disponíveis na carta de serviços do CRCMG;
- c) Confirmar e atualizar, se for o caso, os dados cadastrais dos profissionais e organizações durante o atendimento, utilizando sistema de informática específico;
- d) Fazer contato telefônico com profissionais e responsáveis por organizações contábeis para fins de atualização cadastral;
- e) Efetuar registro no sistema próprio após cada atendimento realizado.

2.3.3. Quantidade de postos

2.3.3.1. A presente contratação, de que trata o ITEM III, prevê a alocação de 02 (dois) profissionais de teleatendimento.

2.3.4. Jornada de trabalho

2.3.4.1. O profissional alocado no contrato deverá cumprir jornada de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas semanais, correspondendo a 5 (cinco) horas diárias.

2.3.4.2. Poderá haver flexibilização do horário estabelecido para a jornada de trabalho, em atendimento à necessidade da Administração e para adequação da execução dos serviços, a critério do CRCMG.

2.3.5. Local e forma de execução dos serviços

2.3.5.1. Os serviços serão executados, presencialmente, na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG,

2.3.6. Uniforme

2.3.6.1. A CONTRATADA deverá fornecer ao profissional alocado no contrato, desde o início da execução dos serviços, uniformes novos, que deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

2.3.6.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

Descrição	Quantidade de peças
Camisa social na cor cinza, azul ou branca - com emblema da empresa	3
Calça social na cor preta	3
Crachá com nome do profissional e da empresa	1

2.3.6.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de boa qualidade, com resistência a pequenos atritos e não transparentes.

2.3.6.4. As peças devem ser confeccionadas em conformidade com o gênero do profissional alocado no contrato (masculino ou feminino), em tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros necessários e adequados à atividade pertinente.

2.3.6.5. Os conjuntos completos de uniformes deverão ser disponibilizados ao empregado, no início da execução do contrato, devendo haver a substituição das peças sempre que houver necessidade, de forma a manter a boa condição de apresentação dos empregados.

2.3.6.6. A substituição também poderá ser requerida pelo CRCMG, sempre que julgar necessária, mediante a apresentação das devidas justificativas à CONTRATADA.

2.3.6.7. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

2.3.7. Substituição do empregado

2.3.7.1. A CONTRATADA deverá providenciar a substituição do empregado alocado no contrato, no período de férias do titular, assim como nas ausências legais.

2.4. ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODOS OS POSTOS

2.4.1. Executar com pontualidade e presteza as solicitações que lhe forem atribuídas;

2.4.2. Permanecer no posto em que estiver alocado, durante a jornada de trabalho, executando as tarefas repassadas;

2.4.3. Executar as atividades de acordo com a ordem de prioridade informada, atuando sempre de forma racionalizada e planejada, atuando de forma a evitar o acúmulo de serviço;

2.4.4. Zelar pelos os equipamentos e materiais que lhes forem disponibilizados pelo CRCMG para execução dos serviços;

2.4.5. Adotar uma postura discreta;

2.4.6. Tratar as autoridades e funcionários do CRCMG e demais pessoas com educação, respeito, urbanidade, presteza e atenção;

2.4.7. Manter sigilo sobre informações obtidas durante a execução dos serviços.

2.4.8. Apresentar-se sempre com o uniforme fornecido pela CONTRATADA e portando crachá de identificação, zelando pela boa apresentação pessoal, mantendo cabelos e barbas aparados e limpos.

2.4.8.1. Para os postos que dispensem o uso de uniforme, nos termos deste instrumento, apresentar-se sempre com roupas sóbrias, condizentes com o ambiente de trabalho, zelando pela boa apresentação pessoal, mantendo cabelos e barbas aparados e limpos.

2.4.9. Utilizar o crachá de identificação, disponibilizado pela CONTRATADA, durante toda a prestação dos serviços.

2.5. CONDIÇÕES GERAIS APLICADAS A TODOS OS POSTOS

2.5.1. Substituição definitiva dos profissionais

2.5.1.1. A critério do CRCMG, poderá ser solicitado à CONTRATADA a substituição dos profissionais alocados no contrato quando estes não atenderem às condições e exigências para a função, no que diz respeito aos requisitos técnicos, de postura e de conduta.

2.5.2. Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

2.5.2.1. Os profissionais alocados no contrato deverão observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), tratando os dados pessoais, exclusivamente, conforme as instruções do CRCMG e para as finalidades previstas no contrato e seus anexos.

2.5.2.2. Os profissionais alocados no contrato e CONTRATADA deverão comunicar, imediatamente, ao CRCMG qualquer incidente de segurança ou suspeita de violação de dados pessoais.

2.5.3. Acesso a Sistemas e Bases de Dados

2.5.3.1. O acesso a sistemas, ambientes e bases de dados existentes será concedido exclusivamente para a execução das atividades objeto do contrato, observando-se o princípio do menor privilégio, não implicando cessão, licenciamento ou transferência de titularidade.

2.5.3.2. É terminantemente vedada a utilização dos dados para finalidade diversa da execução das atividades objeto do contrato.

2.5.4. Uso de Equipamentos da Administração

2.5.4.1. Os profissionais alocados deverão utilizar exclusivamente equipamentos, sistemas e contas corporativas fornecidos pelo CRCMG para acesso a sistemas, códigos-fonte e bases de dados.

2.5.5. Proibição de Cópias e Dumps

2.5.5.1. É vedada a realização de cópias, backups, exportações ou *dumps* de dados ou sistemas da CONTRATANTE sem autorização formal.

2.5.3.1.1. Para fins deste instrumento, considera-se *dump* qualquer cópia ou extração total ou substancial de dados, tabelas, registros, logs ou configurações dos sistemas do CRCMG, independentemente do formato.

2.5.4. Encerramento da Contratação

2.5.4.1. Encerrada a contratação, a CONTRATANTE deverá assegurar a imediata revogação de todos os acessos concedidos aos profissionais alocados pela CONTRATADA aos seus sistemas, ambientes e bases de dados.

2.5.4.2. A CONTRATADA será integralmente responsável por diligenciar e garantir a inexistência de quaisquer das seguintes condutas, inclusive após o encerramento da contratação:

- a) violação da confidencialidade de informações da CONTRATANTE, independentemente de sua natureza ou forma de acesso;
- b) divulgação, compartilhamento, reutilização ou reivindicação de direitos sobre códigos-fonte, sistemas, dados, documentações, bancos de dados ou quaisquer materiais desenvolvidos no âmbito da contratação;
- c) tratamento de dados pessoais em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), fora das instruções ou das finalidades expressamente definidas pela CONTRATANTE, bem como a omissão na comunicação de incidentes de segurança;
- d) utilização de sistemas, ambientes ou bases de dados da CONTRATANTE para finalidades diversas da estrita execução do objeto contratual;
- e) utilização de equipamentos, sistemas ou contas não corporativas para acesso aos sistemas, códigos-fonte ou bases de dados da CONTRATANTE;

- f) realização de cópias, backups, exportações, extrações ou *dumps* de dados, sistemas, registros, logs ou configurações, sem autorização formal e expressa da CONTRATANTE;
- g) retenção, sob qualquer forma, de dados, informações ou códigos pertencentes à CONTRATANTE após o encerramento da contratação.

2.5.4.2.1. Ao final, a CONTRATADA deverá emitir parecer ou declaração formal direcionada à CONTRATANTE, atestando o cumprimento integral das obrigações previstas neste item e a inexistência de retenção indevida de informações, dados ou ativos tecnológicos.

2.5.1. Confidencialidade

2.5.1.1. A CONTRATADA e o profissional alocado no contrato deverão assegurar a confidencialidade de todas as informações a que tiver acesso em razão da execução do objeto, inclusive códigos-fonte, sistemas, dados pessoais, dados institucionais e bancos de dados existentes, respondendo a CONTRATADA pelos atos de seus empregados, prepostos e profissionais alocados.

2.5.1.2. A obrigação de confidencialidade subsistirá após o encerramento da contratação.

2.6.1. Responsabilidade da CONTRATADA

2.6.1.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelos atos, omissões ou falhas praticadas por seus profissionais alocados no cumprimento das obrigações de segurança da informação, proteção de dados pessoais e confidencialidade.

APÊNDICE III DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS ESTIMADOS**QUADRO RESUMO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, de desenvolvedor web, arquivista e teleatendentes, durante o período de 12 (doze) meses.

VALOR DE REFERÊNCIA				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR POR POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR TOTAL
1	Desenvolvedor web(a) - 40h	R\$ 22.182,75	1	R\$ 22.182,75
2	Arquivista(a) - 40h	R\$ 10.546,30	1	R\$ 10.546,30
3	Atendente(a) - 25h	R\$ 5.372,26	2	R\$ 10.744,52
VALOR MENSAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (TODOS OS POSTOS)				R\$ 43.473,56
VALOR GLOBAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES (TODOS OS POSTOS)				R\$ 521.682,76

Observação: Observação: O valor estimado da contratação foi obtido por meio da elaboração das planilhas de custos e formação de preços, referentes a cada serviço, sendo utilizados os parâmetros e metodologias da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de julho de 2021; as recomendações exaradas na Nota técnica nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e nos estudos exarados na Nota Técnica nº 1/2007 – SCI/STF e na Portaria STJ/GDG nº 410/2020 (Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ); as disposições da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017; as orientações do Caderno de Logística (Conta-depósito vinculada) editado pela Seges; assim como as orientações constantes de acórdãos do Tribunal de Contas da União que tratam da análise das contratações de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
APURAÇÃO DOS CUSTOS ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE DESENVOLVEDOR WEB	
Nº do Processo	Processo Administrativo de Contratação nº 009/2026
Nº da Licitação	Pregão Eletrônico nº 002/2026

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Município/UF	Belo Horizonte-MG
B	CCT (REFERÊNCIA)	MG000635/2025
C	Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT - 2025/2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE CONTRATAR
Desenvolvedor web	Posto	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Desenvolvedor web
2	Salário de referência (40 horas semanais)	R\$ 10.167,67
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Desenvolvedor web
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2025
5	Quantidade (nº de trabalhadores)	1

Nota 1: Valor salarial definido conforme pesquisa de preços, consideradas as tarefas de complexidade similar. (Acórdão TCU 1207/2024 - Plenário)

Nota 2: Considerando que o valor do salário foi estabelecido com base em pesquisa de preços condizente com a formação e a experiência do profissional a ser alocado no contrato, com fonte atualizada até outubro de 2025, não haverá repactuação dessa rubrica no exercício de 2026, aplicando-se, nesse caso, o percentual definido pela CCT de 2027, apresentada pela contratada em sua proposta de preços.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base (40 horas semanais)	R\$ 10.167,67
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST)	
G	Outros (especificar)	
Total da Remuneração		R\$ 10.167,67

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 846,97
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 1.230,29
B.1	Férias	9,075%	R\$ 922,72
B.2	Adicional de Férias	3,025%	R\$ 307,57
	Subtotal	20,43%	R\$ 2.077,25
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1	7,52%	R\$ 764,43
	Total		R\$ 2.841,68
	Total		R\$ 2.841,68

Nota1: Percentual de 12,10% estipulado para "Férias e Adicional de Férias" em conformidade com o item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 e provisão da Conta-Depósito Vinculada, conforme Caderno de Logística.

Nota 2: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018). Calculado de acordo com Caderno de Logística de Conta-Depósito Vinculada.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 2.033,53
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 254,19
C	Seguro Acidente do Trabalho (SAT: RATxFAP)	3,00%	R\$ 305,03
D	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 152,52
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 101,68
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 61,01
G	INCRA	0,20%	R\$ 20,34
H	FGTS	8,00%	R\$ 813,41
	Total	36,80%	R\$ 3.741,70

Nota 1: Em relação ao SAT, foi considerada a alíquota do RAT, no percentual de 3%, com base no estudo constante do Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do STJ, item 5.3.2.4 GIL/RAT, pág. 47. Contudo, considerando que o SAT é apurado pelo RAT x FAP, a licitante deverá elaborar sua planilha de custos e formação de preços considerando a alíquota efetiva do RAT, de acordo com o enquadramento do seu CNAE, multiplicada pelo seu FAP.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Quantidade	Valor	Valor (R\$)
A	Transporte	21	R\$ 6,25	R\$ 262,50
A.1	Desconto Transporte	6,00%		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	21	R\$ 36,98	R\$ 776,57
B.1	Desconto Auxílio-Refeição/Alimentação	20,00%		R\$ 155,31
C	Assistência médica e familiar			

E	Seguro de vida, invalidez e funeral		R\$	66,10
F	Outros			
Total de benefícios mensais e diários			R\$	883,76

Nota 1: No cálculo do custo com transporte, foi considerado o fornecimento de 2 passagens por dia de trabalho. Na hipótese de o profissional alocado no contrato optar por não receber vale-transporte em determinado mês, o valor do benefício deverá ser glosado no faturamento.

Nota 2: Valor do "Auxílio-Refeição/Alimentação" definido conforme pesquisa de preços, no termo do Acórdão TCU 1207/2024 - Plenário.

Nota 3: Desconto máximo permitido sobre "Auxílio-Refeição/Alimentação", definido conforme cláusula 2ª, §3º, da CCT.

Nota 4: Para concessão de vale-transporte e de auxílio refeição/alimentação, foi considerado o fornecimento para 21 dias, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 5: Considerando que o valor do vale-alimentação foi estabelecido com base em pesquisa de preços condizente com a formação e a experiência do profissional a ser alocado no contrato, com fonte atualizada até outubro de 2025, não haverá repactuação dessa rubrica no exercício de 2026, aplicando-se, nesse caso, o percentual definido pela CCT de 2027, apresentada pela contratada em sua proposta de preços.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	2.841,68
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	3.741,70
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	883,76
TOTAL		R\$	7.467,14

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	R\$ 47,03
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,04%	R\$ 3,76
C	Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 406,71
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 197,25
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 72,59
Total		7,15%	R\$ 727,34

Nota 1: No cálculo do percentual do "Aviso Prévio Indenizado", foi considerada que é 5,55% a estimativa de empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR e Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 2: Incidência do FGTS sobre o "Aviso Prévio Indenizado", conforme Súmula 305 TST e Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR

Nota 3: Percentual de 4% para "Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado" estabelecido de acordo com item 14 do Anexo XII da IN 05/2017, excluída alíquota de 10%, que correspondia à contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, conforme Lei nº 13.932/2019.

Nota 4: Quanto ao "Aviso Prévio Trabalhado", o percentual de 1,94% será aplicável apenas no primeiro ano, havendo prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser ajustado por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato e ajuste da planilha de custos e formação de preços, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P e Acórdão TCU nº 1186/2017-P.

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais		R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade		R\$ -
D	Substituto na Cobertura de Ausências Maternidade	0,055%	R\$ 10,10
E	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho		R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Auxílio Doença		R\$ -
	Subtotal	0,055%	R\$ 10,10
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 4.1	0,02%	R\$ 0,00
Total			R\$ 10,10

Nota 1: Não haverá substituição quando das férias do empregado "titular", não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Férias".

Nota 2: Não haverá substituição para os casos de ausências legais, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Ausência Legais".

Nota 3: Não haverá substituição para o caso de licença paternidade, não ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Licença Paternidade".

Nota 4: No cálculo do percentual da "Licença Maternidade" foi considerado o índice de ocorrência de 0,02% como média de trabalhadoras que são mães durante o ano, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR.

Nota 5: Não haverá substituição para o caso de acidente de trabalho, referente aos 15 primeiros dias de afastamento, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho".

Nota 6: Não haverá substituição para os casos de ausência por motivo de doença, referente aos 15 primeiros dias de afastamento, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Auxílio Doença".

Submódulo 4.2 - Intra jornada		
4.2	Intra jornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$ 10,10
4.2	Intra jornada	R\$ -
Total		R\$ 10,10

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/EPIs	R\$ -
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Crachá	R\$ 22,82
Total de Insumos Diversos		R\$ 22,82

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,18%	R\$ 769,22
B	Lucro	5,74%	R\$ 1.099,65
C	Tributos	8,65%	
C.1	Tributos Federais (especificar)	0,00%	
C.1.1	PIS	0,65%	R\$ 144,19
C.1.2	COFINS	3,00%	R\$ 665,48
C.1.3	ISS	5,00%	R\$ 1.109,14
Total			R\$ 3.787,68

Nota 1: Os percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" foram definidos de acordo com a média de índices apurados em contratos do CRCMG, a recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e com base nos índices referenciais constantes dos estudos exarados na Nota Técnica nº 1/2007 – SCI/STF e na Portaria STJ/GDG nº 410/2020 (Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ). **A proposta da licitante não poderá apresentar índice superior ao somatório dos percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" estabelecidos nesta planilha.**

Nota 2: Para os percentuais de PIS e COFINS foi adotada a tributação pelo lucro presumido, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR. Contudo, a licitante deve elaborar sua proposta de preços, assim como sua planilha de custos e formação de preços, com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.

Nota 3: Para estimativa do custo da planilha foi adotado o índice de 5%, conforme orientação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e Portaria STJ/GDG nº 410/2020. Contudo, a licitante deve informar, no Módulo 6 – Custos indiretos, Tributos e Lucro, o percentual de efetivo recolhimento para fins de averiguação da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a ser utilizada no faturamento dos serviços.

Quadro-Resumo do Custo por Empregados

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 10.167,67
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 7.467,14
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 727,34
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 10,10
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 22,82
Subtotal (A + B + C + D + E):		R\$ 18.395,07
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 3.787,68
Valor Total do Empregado		R\$ 22.182,75
Valor Total do Posto		R\$ 22.182,75

COMPARATIVO DO FATOR K

ÍNDICE APURADO NESTA PLANILHA	
	2,18
ACÓRDÃO Nº 1755/2013 – TCU / OFÍCIO CIRCULAR AUDIN/MPU N.º 11/2006, de 15.09.06	3,00 a 3,50
ÍNDICE INDICADO NA NOTA TÉCNICA Nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR	2,70

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
APURAÇÃO DOS CUSTOS ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ARQUIVISTA	
Nº do Processo	Processo Administrativo de Contratação nº 009/2026
Nº da Licitação	Pregão Eletrônico nº 002/2026

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Município/UF	Belo Horizonte-MG
B	CCT (REFERÊNCIA)	MG001973/2025
C	Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT - 2025/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE CONTRATAR
ARQUIVISTA	Posto	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	ARQUIVISTA
2	Salário de referência (40 horas semanais)	R\$ 3.804,06
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Arquivista
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2025
5	Quantidade (nº de trabalhadores)	1

Nota 1: Valor salarial definido conforme pesquisa de preços, consideradas as tarefas de complexidade similar. (Acórdão TCU 1207/2024 - Plenário)

Nota 2: Considerando que o valor do salário foi estabelecido com base em pesquisa de preços condizente com a formação e a experiência do profissional a ser alocado no contrato, com fonte atualizada até outubro de 2025, não haverá repactuação dessa rubrica no exercício de 2026, aplicando-se, nesse caso, o percentual definido pela CCT de 2027, apresentada pela contratada em sua proposta de preços.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 3.804,06
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST)	
G	Outros (especificar)	
Total da Remuneração		R\$ 3.804,06

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 316,88
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 460,29
B.1	Férias	9,075%	R\$ 345,22
B.2	Adicional de Férias	3,025%	R\$ 115,07
	Subtotal	20,43%	R\$ 777,17
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1	7,52%	R\$ 286,00
	Total		R\$ 1.063,17
Total			R\$ 1.063,17

Nota1: Percentual de 12,10% estipulado para "Férias e Adicional de Férias" em conformidade com o item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 e provisão da Conta-Depósito Vinculada, conforme Caderno de Logística.

Nota 2: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018). Calculado de acordo com Caderno de Logística de Conta-Depósito Vinculada.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 760,81
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 95,10
C	Seguro Acidente do Trabalho (SAT: RATxFAP)	3,00%	R\$ 114,12
D	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 57,06
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 38,04
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,82
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,61
H	FGTS	8,00%	R\$ 304,32
Total		36,80%	R\$ 1.399,89

Nota 1: Em relação ao SAT, foi considerada a alíquota do RAT, no percentual de 3%, com base no estudo constante do Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do STJ, item 5.3.2.4 GIL/RAT, pág. 47. Contudo, considerando que o SAT é apurado pelo RAT x FAP, a licitante deverá elaborar sua planilha de custos e formação de preços considerando a alíquota efetiva do RAT, de acordo com o enquadramento do seu CNAE, multiplicada pelo seu FAP.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Quantidade	Valor	Valor (R\$)
A	Transporte	21	R\$ 6,25	R\$ 262,50
A.1	Desconto Transporte	6,00%		R\$ 228,24
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	21	R\$ 36,98	R\$ 776,57
B.1	Desconto Auxílio-Refeição/Alimentação	20,00%		R\$ 155,31
C	Assistência médica e familiar			

E	Seguro de vida, invalidez e funeral		R\$	66,10
F	Outros			
Total de benefícios mensais e diários			R\$	655,51

Nota 1: No cálculo do custo com transporte, foi considerado o fornecimento de 2 passagens por dia de trabalho. Na hipótese de o profissional alocado no contrato optar por não receber vale-transporte em determinado mês, o valor do benefício deverá ser glosado no faturamento.

Nota 2: Valor do "Auxílio-Refeição/Alimentação" definido conforme pesquisa de preços, no termo do Acórdão TCU 1207/2024 - Plenário.

Nota 3: Desconto máximo permitido sobre "Auxílio-Refeição/Alimentação", definido conforme cláusula 10ª, §6º, da CCT.

Nota 4: Para concessão de vale-transporte, foi considerado o fornecimento para 21 dias, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 5: Considerando que o valor do vale-alimentação foi estabelecido com base em pesquisa de preços condizente com a formação e a experiência do profissional a ser alocado no contrato, com fonte atualizada até outubro de 2025, não haverá repactuação dessa rubrica no exercício de 2026, aplicando-se, nesse caso, o percentual definido pela CCT de 2027, apresentada pela contratada em sua proposta de preços.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	1.063,17
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	1.399,89
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	655,51
TOTAL		R\$	3.118,57

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	R\$ 17,59
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,04%	R\$ 1,41
C	Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 152,16
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 73,80
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 27,16
Total		7,15%	R\$ 272,12

Nota 1: No cálculo do percentual do "Aviso Prévio Indenizado", foi considerada que é 5,55% a estimativa de empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 2: Incidência do FGTS sobre o "Aviso Prévio Indenizado", conforme Súmula 305 TST e Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR

Nota 3: Percentual de 4% para "Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado" estabelecido de acordo com item 14 do Anexo XII da IN 05/2017, excluída alíquota de 10%, que correspondia à contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, conforme Lei nº 13.932/2019.

Nota 4: Quanto ao "Aviso Prévio Trabalhado", o percentual de 1,94% será aplicável apenas no primeiro ano, havendo prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser ajustado por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato e ajuste da planilha de custos e formação de preços, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P e Acórdão TCU nº 1186/2017-P.

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais		R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade		R\$ -
D	Substituto na Cobertura de Ausências Maternidade	0,055%	R\$ 3,96
E	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho		R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Auxílio Doença		R\$ -
	Subtotal	0,055%	R\$ 3,96
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 4.1	0,02%	R\$ 0,00
Total			R\$ 3,96

Nota 1: Não haverá substituição quando das férias do empregado "titular", não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Férias".

Nota 2: Não haverá substituição para os casos de ausências legais, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Ausência Legais"

Nota 3: Não haverá substituição para o caso de licença paternidade, não ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Licença Paternidade".

Nota 4: No cálculo do percentual da "Licença Maternidade" foi considerado o índice de ocorrência de 0,02% como média de trabalhadoras que são mães durante o ano, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR.

Nota 5: Não haverá substituição para o caso de acidente de trabalho, referente aos 15 primeiros dias de afastamento, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho".

Nota 6: Não haverá substituição para os casos de ausência por motivo de doença, referente aos 15 primeiros dias de afastamento, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Auxílio Doença".

Submódulo 4.2 - Intra jornada		
4.2	Intra jornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$ 3,96
4.2	Intra jornada	R\$ -
Total		R\$ 3,96

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	
5	Insumos diversos
A	Uniformes/EPIs
B	Materiais
C	Equipamentos
D	Crachá
Total de Insumos Diversos	

		Valor (R\$)
A	Uniformes/EPIs	R\$ 1.524,00
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Crachá	R\$ 22,82
Total de Insumos Diversos		R\$ 1.546,82

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos		4,18%	R\$	365,71
B	Lucro		5,74%	R\$	522,80
C	Tributos		8,65%		
C.1	Tributos Federais (especificar)		0,00%		
C.1.1	PIS		0,65%	R\$	68,55
C.1.2	COFINS		3,00%	R\$	316,39
C.1.3	ISS		5,00%	R\$	527,31
Total				R\$	1.800,77

Nota 1: Os percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" foram definidos de acordo com a média de índices apurados em contratos do CRCMG, a recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e com base nos índices referenciais constantes dos estudos exarados na Nota Técnica nº 1/2007 – SCI/STF e na Portaria STJ/GDG nº 410/2020 (Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ). **A proposta da licitante não poderá apresentar índice superior ao somatório dos percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" estabelecidos nesta planilha.**

Nota 2: Para os percentuais de PIS e COFINS foi adotada a tributação pelo lucro presumido, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR. Contudo, a licitante deve elaborar sua proposta de preços, assim como sua planilha de custos e formação de preços, com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.

Nota 3: Para estimativa do custo da planilha foi adotado o índice de 5%, conforme orientação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e Portaria STJ/GDG nº 410/2020. Contudo, a licitante deve informar, no Módulo 6 – Custos indiretos, Tributos e Lucro, o percentual de efetivo recolhimento para fins de averiguação da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a ser utilizada no faturamento dos serviços.

Quadro-Resumo do Custo por Empregados

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	3.804,06
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	3.118,57
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	272,12
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	3,96
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	1.546,82
Subtotal (A + B + C + D + E):			R\$ 8.745,53
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	1.800,77
Valor Total do Empregado			R\$ 10.546,30
Valor Total do Posto			R\$ 10.546,30

COMPARATIVO DO FATOR K		
ÍNDICE APURADO NESTA PLANILHA		2,77
ACÓRDÃO Nº 1755/2013 – TCU / OFÍCIO CIRCULAR AUDIN/MPU N.º 11/2006, de 15.09.06		3,00 a 3,50
ÍNDICE INDICADO NA NOTA TÉCNICA Nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR		2,70

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
APURAÇÃO DOS CUSTOS ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE TELEATENDENTE	
Nº do Processo	Processo Administrativo de Contratação nº 009/2026
Nº da Licitação	Pregão Eletrônico nº 002/2026

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Município/UF	Belo Horizonte-MG
B	CCT (REFERÊNCIA)	MG003299/2025
C	Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CCT - 2025/2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE CONTRATAR
Teleatendente	Posto	2

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Teleatendente
2	Salário normativo da categoria profissional	R\$ 2.524,97
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Teleatendente
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2025
5	Quantidade (nº de trabalhadores)	2

Nota 1: Valor salarial conforme Convenção Coletiva de Trabalho adotada como referência.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.753,45
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST)	
G	Outros (especificar)	
Total da Remuneração		R\$ 1.753,45

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS				
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)	
A	13º Salário	8,33%	R\$	146,06
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$	212,17
B.1	Férias	9,075%	R\$	159,13
B.2	Adicional de Férias	3,025%	R\$	53,04
	Subtotal	20,43%	R\$	358,23
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1	7,52%	R\$	131,83
	Total		R\$	490,06
Total			R\$	490,06

Nota1: Percentual de 12,10% estipulado para "Férias e Adicional de Férias" em conformidade com o item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 e provisão da Conta-Depósito Vinculada, conforme Caderno de Logística.

Nota 2: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018). Calculado de acordo com Caderno de Logística de Conta-Depósito Vinculada.

Nota 3: Considerando que a estimativa de custo para o posto de teleatendente foi obtida por meio de Convenção Coletiva de Trabalho de 2025, as licitantes poderão apresentar suas propostas com base em CCT, a que estiverem vinculadas, referente ao ano de 2025, assegurada repactuação após a aprovação e entrega da CCT de 2026 no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos termos da Orientação Normativa AGU n.º 25/2009.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.				
2.2	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)	
A	INSS	20,00%	R\$	350,69
B	Salário Educação	2,50%	R\$	43,84
C	Seguro Acidente do Trabalho (SAT: RATxFAP)	3,00%	R\$	52,60
D	SESI OU SESC	1,50%	R\$	26,30
E	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$	17,53
F	SEBRAE	0,60%	R\$	10,52
G	INCRA	0,20%	R\$	3,51
H	FGTS	8,00%	R\$	140,28
Total		36,80%	R\$	645,27

Nota 1: Em relação ao SAT, foi considerada a alíquota do RAT, no percentual de 3%, com base no estudo constante do Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do STJ, item 5.3.2.4 GIL/RAT, pág. 47. Contudo, considerando que o SAT é apurado pelo RAT x FAP, a licitante deverá elaborar sua planilha de custos e formação de preços considerando a alíquota efetiva do RAT, de acordo com o enquadramento do seu CNAE, multiplicada pelo seu FAP.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Quantidade	Valor	Valor (R\$)
A	Transporte	21	R\$ 6,25	R\$ 262,50
A.1	Desconto Transporte	6,00%		R\$ 105,21
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	21	R\$ 26,42	R\$ 554,82
B.1	Desconto Auxílio-Refeição/Alimentação	20,00%		R\$ 110,96
C	Assistência médica e familiar			

E	Seguro de vida, invalidez e funeral		R\$	66,10
F	Outros			
Total de benefícios mensais e diários			R\$	601,15

Nota 1: No cálculo do custo com transporte, foi considerado o fornecimento de 2 passagens por dia de trabalho. Na hipótese de o profissional alocado no contrato optar por não receber vale-transporte em determinado mês, o valor do benefício deverá ser glosado no faturamento.

Nota 2: Valor do "Auxílio-Refeição/Alimentação" definido conforme cláusula 13ª da CCT.

Nota 3: Desconto máximo permitido sobre "Auxílio-Refeição/Alimentação", definido conforme cláusula 13ª, §3º, da CCT.

Nota 4: Para concessão de vale-transporte e de auxílio refeição/alimentação, foi considerado o fornecimento para 21 dias, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 5: Valor da "Assistência médica e familiar" definido conforme cláusula 15ª, §3º, da CCT.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 490,06
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 645,27
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 601,15
TOTAL		R\$ 1.736,48

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	R\$ 8,11
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,04%	R\$ 0,65
C	Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 70,14
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 34,02
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 12,52
Total		7,15%	R\$ 125,43

Nota 1: No cálculo do percentual do "Aviso Prévio Indenizado", foi considerada que é 5,55% a estimativa de empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR e Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 2: Incidência do FGTS sobre o "Aviso Prévio Indenizado", conforme Súmula 305 TST e Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR

Nota 3: Percentual de 4% para "Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado" estabelecido de acordo com item 14 do Anexo XII da IN 05/2017, excluída alíquota de 10%, que correspondia à contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, conforme Lei nº 13.932/2019.

Nota 4: Quanto ao "Aviso Prévio Trabalhado", o percentual de 1,94% será aplicável apenas no primeiro ano, havendo prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser ajustado por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato e ajuste da planilha de custos e formação de preços, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P e Acórdão TCU nº 1186/2017-P.

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias (somente a partir segundo ano do contrato)		R\$ -
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais	0,28%	R\$ 10,12
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,72
D	Substituto na Cobertura de Ausências Maternidade	0,055%	R\$ 1,99
E	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 11,93
F	Substituto na Cobertura de Auxílio Doença	1,39%	R\$ 50,25
	Subtotal	2,08%	R\$ 75,02
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 4.1	0,76%	R\$ 0,57
Total			R\$ 75,59

Nota 1: O custo de reposição para o profissional ausente por motivo de férias somente deverá ser considerado para o segundo ano do contrato.

Nota 2: Para "Ausências Legais", foi considerada a média de 1 falta de cada trabalhador por ano, de acordo com estatísticas do IBGE. (Acórdão TCU nº 1904/2007-P)

Nota 3: No cálculo do percentual da "Licença Paternidade", foi considerada a média de 1,5% de trabalhadores que são pais durante o ano, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR e de acordo estatísticas IBGE. (Acórdão TCU nº 1904/2007-P)

Nota 4: No cálculo do percentual da "Licença Maternidade" foi considerado o índice de ocorrência de 0,02% como média de trabalhadoras que são mães durante o ano, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR.

Nota 5: O custo para "Ausência por Acidente de trabalho" refere-se aos 15 primeiros dias em que o empregado sofre algum acidente, ficando a remuneração a cargo do empregador, tendo sido considerado, ainda, o percentual de 8% como a média de trabalhadores que sofrem acidentes por ano, de acordo estatísticas do IBGE. (Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR e Acórdão TCU nº 1904/2007-P)

Nota6: Para "Auxílio Doença", foi considerada média 5 faltas por trabalhador durante o ano por motivos de doença. (Acórdão TCU nº 1904/2007-P)

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$ 75,59
4.2	Intra jornada	R\$ -
Total		R\$ 75,59

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/EPis	R\$ 741,18
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Crachá	R\$ 22,82
Total de Insumos Diversos		R\$ 764,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos		4,18%	R\$	186,29
B	Lucro		5,74%	R\$	266,31
C	Tributos		8,65%		
C.1	Tributos Federais (especificar)		0,00%		
C.1.1	PIS		0,65%	R\$	34,92
C.1.2	COFINS		3,00%	R\$	161,17
C.1.3	ISS		5,00%	R\$	268,61
Total				R\$	917,31

Nota 1: Os percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" foram definidos de acordo com a média de índices apurados em contratos do CRCMG, a recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e com base nos índices referenciais constantes dos estudos exarados na Nota Técnica nº 1/2007 – SCI/STF e na Portaria STJ/GDG nº 410/2020 (Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ). **A proposta da licitante não poderá apresentar índice superior ao somatório dos percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" estabelecidos nesta planilha.**

Nota 2: Para os percentuais de PIS e COFINS foi adotada a tributação pelo lucro presumido, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR. Contudo, a licitante deve elaborar sua proposta de preços, assim como sua planilha de custos e formação de preços, com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.

Nota 3: Para estimativa do custo da planilha foi adotado o índice de 5%, conforme orientação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e Portaria STJ/GDG nº 410/2020. Contudo, a licitante deve informar, no Módulo 6 – Custos indiretos, Tributos e Lucro, o percentual de efetivo recolhimento para fins de averiguação da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a ser utilizada no faturamento dos serviços.

Quadro-Resumo do Custo por Empregados

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	1.753,45
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	1.736,48
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	125,43
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	75,59
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	764,00
Subtotal (A + B + C + D + E):			R\$ 4.454,95
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	917,31
Valor Total do Empregado			R\$ 5.372,26
Valor Total do Posto			R\$ 5.372,26

COMPARATIVO DO FATOR K	
ÍNDICE APURADO NESTA PLANILHA	3,06
ACÓRDÃO Nº 1755/2013 – TCU / OFÍCIO CIRCULAR AUDIN/MPU N.º 11/2006, de 15.09.06	3,00 a 3,50
ÍNDICE INDICADO NA NOTA TÉCNICA Nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR	2,70

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

AO
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

(E-MAIL): _____

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a(s) seguinte(s) proposta(s) de preços.

ITEM I				
Objeto: Prestação de serviços de Desenvolvedor Web Sênior – <i>Full Stack</i> , em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, nº 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG, durante o período de 12 (doze) meses.				
Item	Descrição dos serviços por categoria	Carga horária semanal	Qtd de postos	Valor mensal por posto
1	Desenvolvedor Web Sênior – <i>Full Stack</i>	40 horas	1	R\$.....
Valor global dos serviços durante o período de 12 (doze) meses				R\$....(....)

ITEM II				
Objeto: Prestação de serviços de Arquivista Pleno, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, nº 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG, durante o período de 12 (doze) meses.				
Item	Descrição dos serviços por categoria	Carga horária semanal	Qtd de postos	Valor mensal por posto
2	Arquivista Pleno	40 horas	1	R\$.....
Valor global dos serviços durante o período de 12 (doze) meses				R\$....(....)

ITEM III				
Objeto: Prestação de serviços de teleatendentes, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, nº 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG, durante o período de 12 (doze) meses.				
Item	Descrição dos serviços por categoria	Carga horária semanal	Qtd de postos	Valor mensal por posto
3	Teleatendentes	25 horas	2	R\$.....
Valor global dos serviços durante o período de 12 (doze) meses				R\$....(....)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Condições de pagamento: O CRCMG efetuará o pagamento na forma estabelecida no Termo de Referência – Anexo I do Pregão Eletrônico em epígrafe, mediante apresentação da nota fiscal, com as

devidas deduções legais, bem como das certidões de regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, além da Declaração de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.

Serão descontados sobre os pagamentos a serem realizados, as devidas retenções de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº. 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.

Declaramos que a presente proposta de preços compreende a integralidade dos custos para fornecimento do objeto, bem como para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas e nas normas infralegais vigentes na data de entrega das propostas.

Submetemo-nos a todas as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico em epígrafe, incluindo seus anexos.

Dados bancários da empresa:

Banco:

Agência:

Número da conta:

Dados do representante legal da empresa, responsável pela assinatura do Contrato:

Nome:

Função:

CPF:

Telefone/Fax:

Endereço Eletrônico (e-mail):

_____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa

APÊNDICE I DO MODELO DE PROPOSTA – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E GESTÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. As licitantes, na elaboração e gestão de suas Planilhas de Custos e Formação de Preços deverão observar, obrigatoriamente, as seguintes orientações:

1.1. Considerando que a estimativa de custo para o posto de teleatendente foi obtida por meio de Convenção Coletiva de Trabalho de 2025, as licitantes poderão apresentar suas propostas com base em CCT, a que estiverem vinculadas, referente ao ano de 2025, assegurada repactuação após a aprovação e entrega da CCT de 2026 no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos termos da Orientação Normativa AGU n.º 25/2009.

1.2. Quanto aos postos de arquivista e desenvolvedor web, considerando que o valor do salário e do vale-alimentação foram estabelecidos com base em pesquisa de preços condizente com a formação e a experiência dos profissionais a serem alocados no contrato, com fonte atualizada até outubro de 2025, não haverá repactuação dessas rubricas no exercício de 2026, aplicando-se, nesses casos, o percentual definido pela CCT de 2027, apresentada pela contratada em sua proposta de preços.

1.2.1. Aplica-se o entendimento do item 1.1 às propostas para os postos de arquivista e desenvolvedor web às demais rubricas, excetuando-se os salários e vale-alimentação, desde que a licitante tenha baseado sua planilha de custos e formação de preços em CCT de 2025.

1.2.2. Responderá, exclusivamente, a contratada por quaisquer ônus decorrentes da utilização de CCT desatualizada, salvo nas exceções previstas nos itens 1.1, 1.2 e 1.2.1 desta orientação.

1.2. Nos termos da Instrução Normativa nº 05/2017, Seges, como condição para prorrogação do contrato, deverão ser excluídos da Planilha de Custos e Formação de Preços os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação.

1.3. O percentual da rubrica “férias e adicional de férias”, constante do Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários, da Planilha de Custos e Formação de Preços, deverá ser de 12,10%, nos termos do item 14 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, visando o provisionamento da Conta-Depósito Vinculada.

1.4. O "Aviso Prévio Trabalhado", no percentual de 1,94% será aplicável apenas no primeiro ano, havendo prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de renovação, a ser ajustado por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato e ajuste da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P e Acórdão TCU nº 1186/2017-P.

1.5. Conforme redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018, que alterou a Instrução Normativa nº 05/2017, Seges, levando em consideração a vigência contratual, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

1.5.1. Considerando que a contratação adotará a sistemática da Conta-Depósito Vinculada e que não haverá substituto na cobertura de férias do “titular” do posto, deverá ser mantida a rubrica férias na Planilha de Custos e Formação de Preços, mesmo após o primeiro ano de contrato, se prorrogado, visando o provisionamento mensal nos percentuais estabelecidos no item 14 do Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017; realizada a glosa no mês em que ocorrer a liberação dos recursos da Conta-Depósito Vinculada, em razão da efetiva fruição de férias do profissional alocado no contrato.

1.5.2. A glosa a que se refere o item anterior incidirá sobre o pagamento do mês a ser feito à Contratada, descontando-se o montante liberado da Conta-Depósito Vinculada para pagamento de férias ao profissional alocado no contrato.

1.5.3. Considerando que a rubrica férias, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável, a glosa proporcional sobre a fatura/nota fiscal, no mês de pagamento das férias, mediante liberação dos recursos da Conta-Depósito Vinculada, exercerá fator de compensação, em razão da manutenção desta rubrica na Planilha de Custos e Formação de Preços a partir do segundo ano de contrato, se prorrogado.

1.5.4. Serão glosados os demais custos não devidos, em razão das férias do titular.

1.6. As licitantes devem preencher suas Planilhas de Custos e Formação de Preços com o valor de seu RAT x FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWEB) ou documento apto a comprovar o Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) ou Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa Decorrente dos Riscos do Ambiente de Trabalho (GIIL-RAT) da licitante.

1.7. As licitantes também deverão observar as orientações dispostas na Planilha de Custos Estimados da Administração.

2. Exclusivamente, quanto aos postos de arquivista e desenvolvedor web, em relação ao preenchimento do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente, as licitantes deverão, obrigatoriamente, observar as seguintes orientações:

2.1. Não prever custo para o item "Substituto na Cobertura de Férias", tendo em vista que não haverá substituição quando das férias do empregado "titular";

2.2. Não prever custo para o item "Substituto na Cobertura de Ausência Legais", tendo em vista que não haverá substituição para os casos de ausências legais;

2.3. Não prever custo para o item "Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho", tendo em vista que não haverá substituição para o caso de acidente de trabalho;

2.4. Não prever custo para o item "Substituto na Cobertura de Auxílio Doença", tendo em vista que não haverá substituição para casos de doenças;

2.5. No caso de ausências por acidente de trabalho e de auxílio doença, sendo necessário afastamento do empregado por prazo superior aos primeiros 15 (quinze) dias, a contratada deverá providenciar a alocação de outro profissional ao posto de trabalho.

2.5.1. Não havendo a alocação do profissional, logo após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, haverá glosa no pagamento a ser feito à contratada, descontando-se os dias de vacância do posto.

3. As despesas com o fornecimento dos crachás deverão estar incluídas na rubrica "custos indiretos", não devendo constar em separado na Planilha de Custos e Formação de Preços.

4. Considerando que não há previsão de fornecimento de insumos, não deverá ser previsto custo para o Módulo 5 - Insumos Diversos.

5. Na hipótese de o profissional alocado no contrato optar por não receber vale-transporte em determinado mês, o valor do benefício deverá ser glosado pela Contratada no faturamento.

6. Para facilitar a análise pelo CRCMG, o licitante deverá elaborar sua Planilha de Custos e Formação de Preços utilizando o arquivo eletrônico em formato EXCEL ou compatível, podendo utilizar o modelo disponibilizado junto ao Edital, Apêndice I xoll - Modelo de Proposta - Modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços.

6.1. A disponibilização do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços não transfere para a Administração a responsabilidade por eventuais erros ou equívocos nos cálculos e no dimensionamento dos custos envolvidos na prestação dos serviços, sendo a licitante única e exclusivamente responsável pela elaboração de sua proposta de preços.

APÊNDICE II DO MODELOS DE PROPOSTA - MODELOS DE PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

QUADRO RESUMO DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, de desenvolvedor web, arquivista e teleatendentes, durante o período de 12 (doze) meses.

VALOR DE REFERÊNCIA				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR POR POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR TOTAL
1	Desenvolvedor web(a) - 40h		1	R\$ -
2	Arquivista(a) - 40h		1	R\$ -
3	Atendente(a) - 25h		2	R\$ -
VALOR MENSAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (TODOS OS POSTOS)				R\$ -
VALOR GLOBAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES (TODOS OS POSTOS)				R\$ -

Observação: Observação: O valor estimado da contratação foi obtido por meio da elaboração das planilhas de custos e formação de preços, referentes a cada serviço, sendo utilizados os parâmetros e metodologias da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de julho de 2021; as recomendações exaradas na Nota técnica nº 2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR e nos estudos exarados na Nota Técnica nº 1/2007 – SCI/STF e na Portaria STJ/GDG nº 410/2020 (Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ); as disposições da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017; as orientações do Caderno de Logística (Conta-depósito vinculada) editado pela Seges; assim como as orientações constantes de acórdãos do Tribunal de Contas da União que tratam da análise das contratações de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
APURAÇÃO DOS CUSTOS ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE DESENVOLVEDOR WEB	
Nº do Processo	Processo Administrativo de Contratação nº 009/2026
Nº da Licitação	Pregão Eletrônico nº 002/2026

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Município/UF	
B	CCT (REFERÊNCIA)	
C	Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE CONTRATAR
Desenvolvedor web	Posto	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Desenvolvedor web
2	Salário de referência (40 horas semanais)	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Desenvolvedor web
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
5	Quantidade (nº de trabalhadores)	1

Nota 1: Valor salarial definido conforme pesquisa de preços, consideradas as tarefas de complexidade similar. (Acórdão TCU 1207/2024 - Plenário)

Nota 2: Considerando que o valor do salário foi estabelecido com base em pesquisa de preços condizente com a formação e a experiência do profissional a ser alocado no contrato, com fonte atualizada até outubro de 2025, não haverá repactuação dessa rubrica no exercício de 2026, aplicando-se, nesse caso, o percentual definido pela CCT de 2027, apresentada pela contratada em sua proposta de preços.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base (40 horas semanais)	R\$ -
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST)	
G	Outros (especificar)	
Total da Remuneração		R\$ -

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
B.1	Férias		R\$ -
B.2	Adicional de Férias		R\$ -
	Subtotal		R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1		R\$ -
	Total		R\$ -
	Total		R\$ -

Nota1: Percentual de 12,10% estipulado para "Férias e Adicional de Férias" em conformidade com o item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 e provisão da Conta-Depósito Vinculada, conforme Caderno de Logística.

Nota 2: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018). Calculado de acordo com Caderno de Logística de Conta-Depósito Vinculada.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (SAT: RATxFAP)		R\$ -
D	SESI OU SESC		R\$ -
E	SENAI OU SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
	Total	0,00%	R\$ -

Nota 1: Em relação ao SAT, foi considerada a alíquota do RAT, no percentual de 3%, com base no estudo constante do Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do STJ, item 5.3.2.4 GIL/RAT, pág. 47. Contudo, considerando que o SAT é apurado pelo RAT x FAP, a licitante deverá elaborar sua planilha de custos e formação de preços considerando a alíquota efetiva do RAT, de acordo com o enquadramento do seu CNAE, multiplicada pelo seu FAP.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Quantidade	Valor	Valor (R\$)
A	Transporte			
A.1	Desconto Transporte			
B	Auxílio-Refeição/Alimentação			
B.1	Desconto Auxílio-Refeição/Alimentação			
C	Assistência médica e familiar			

E	Seguro de vida, invalidez e funeral			
F	Outros			
Total de benefícios mensais e diários				R\$ -

Nota 1: No cálculo do custo com transporte, foi considerado o fornecimento de 2 passagens por dia de trabalho. Na hipótese de o profissional alocado no contrato optar por não receber vale-transporte em determinado mês, o valor do benefício deverá ser glosado no faturamento.

Nota 2: Valor do "Auxílio-Refeição/Alimentação" definido conforme pesquisa de preços, no termo do Acórdão TCU 1207/2024 - Plenário.

Nota 3: Desconto máximo permitido sobre "Auxílio-Refeição/Alimentação", definido conforme cláusula 2ª, §3º, da CCT.

Nota 4: Para concessão de vale-transporte e de auxílio refeição/alimentação, foi considerado o fornecimento para 21 dias, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 5: Considerando que o valor do vale-alimentação foi estabelecido com base em pesquisa de preços condizente com a formação e a experiência do profissional a ser alocado no contrato, com fonte atualizada até outubro de 2025, não haverá repactuação dessa rubrica no exercício de 2026, aplicando-se, nesse caso, o percentual definido pela CCT de 2027, apresentada pela contratada em sua proposta de preços.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
TOTAL		R\$	-

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		R\$ -
C	Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado		R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado		R\$ -
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		R\$ -
Total		0,00%	R\$ -

Nota 1: No cálculo do percentual do "Aviso Prévio Indenizado", foi considerada que é 5,55% a estimativa de empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR e Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 2: Incidência do FGTS sobre o "Aviso Prévio Indenizado", conforme Súmula 305 TST e Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR

Nota 3: Percentual de 4% para "Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado" estabelecido de acordo com item 14 do Anexo XII da IN 05/2017, excluída alíquota de 10%, que correspondia à contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, conforme Lei nº 13.932/2019.

Nota 4: Quanto ao "Aviso Prévio Trabalhado", o percentual de 1,94% será aplicável apenas no primeiro ano, havendo prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser ajustado por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato e ajuste da planilha de custos e formação de preços, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P e Acórdão TCU nº 1186/2017-P.

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		R\$ -
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais		R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade		R\$ -
D	Substituto na Cobertura de Ausências Maternidade		R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho		R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Auxílio Doença		R\$ -
	Subtotal		R\$ -
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 4.1		R\$ -
Total			R\$ -

Nota 1: Não haverá substituição quando das férias do empregado "titular", não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Férias".

Nota 2: Não haverá substituição para os casos de ausências legais, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Ausência Legais".

Nota 3: Não haverá substituição para o caso de licença paternidade, não ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Licença Paternidade".

Nota 4: No cálculo do percentual da "Licença Maternidade" foi considerado o índice de ocorrência de 0,02% como média de trabalhadoras que são mães durante o ano, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR.

Nota 5: Não haverá substituição para o caso de acidente de trabalho, referente aos 15 primeiros dias de afastamento, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho".

Nota 6: Não haverá substituição para os casos de ausência por motivo de doença, referente aos 15 primeiros dias de afastamento, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Auxílio Doença".

Submódulo 4.2 - Intra jornada			
4.2	Intra jornada	Valor (R\$)	
A	Intervalo para repouso e alimentação		
Total			

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)	
4.1	Ausências Legais	R\$	-
4.2	Intra jornada	R\$	-
Total		R\$	-

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/EPIs	R\$ -
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Crachá	
Total de Insumos Diversos		R\$ -

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos			R\$ -
B	Lucro			R\$ -
C	Tributos			
C.1	Tributos Federais (especificar)			
C.1.1	PIS			R\$ -
C.1.2	COFINS			R\$ -
C.1.3	ISS			R\$ -
Total				R\$ -

Nota 1: Os percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" foram definidos de acordo com a média de índices apurados em contratos do CRCMG, a recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e com base nos índices referenciais constantes dos estudos exarados na Nota Técnica nº 1/2007 – SCI/STF e na Portaria STJ/GDG nº 410/2020 (Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ). **A proposta da licitante não poderá apresentar índice superior ao somatório dos percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" estabelecidos nesta planilha.**

Nota 2: Para os percentuais de PIS e COFINS foi adotada a tributação pelo lucro presumido, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR. Contudo, a licitante deve elaborar sua proposta de preços, assim como sua planilha de custos e formação de preços, com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.

Nota 3: Para estimativa do custo da planilha foi adotado o índice de 5%, conforme orientação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e Portaria STJ/GDG nº 410/2020. Contudo, a licitante deve informar, no Módulo 6 – Custos indiretos, Tributos e Lucro, o percentual de efetivo recolhimento para fins de averiguação da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a ser utilizada no faturamento dos serviços.

Quadro-Resumo do Custo por Empregados

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ -
Subtotal (A + B + C + D + E):			R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ -
Valor Total do Empregado			R\$ -
Valor Total do Posto			R\$ -

COMPARATIVO DO FATOR K

ÍNDICE APURADO NESTA PLANILHA	#DIV/0!
ACÓRDÃO Nº 1755/2013 – TCU / OFÍCIO CIRCULAR AUDIN/MPU N.º 11/2006, de 15.09.06	3,00 a 3,50
ÍNDICE INDICADO NA NOTA TÉCNICA Nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR	2,70

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
APURAÇÃO DOS CUSTOS ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ARQUIVISTA	
Nº do Processo	Processo Administrativo de Contratação nº 009/2026
Nº da Licitação	Pregão Eletrônico nº 002/2026

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Município/UF	
B	CCT (REFERÊNCIA)	
C	Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE CONTRATAR
ARQUIVISTA	Posto	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	ARQUIVISTA
2	Salário de referência (40 horas semanais)	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Arquivista
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
5	Quantidade (nº de trabalhadores)	1

Nota 1: Valor salarial definido conforme pesquisa de preços, consideradas as tarefas de complexidade similar. (Acórdão TCU 1207/2024 - Plenário)

Nota 2: Considerando que o valor do salário foi estabelecido com base em pesquisa de preços condizente com a formação e a experiência do profissional a ser alocado no contrato, com fonte atualizada até outubro de 2025, não haverá repactuação dessa rubrica no exercício de 2026, aplicando-se, nesse caso, o percentual definido pela CCT de 2027, apresentada pela contratada em sua proposta de preços.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ -
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST)	
G	Outros (especificar)	
Total da Remuneração		R\$ -

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
B.1	Férias		R\$ -
B.2	Adicional de Férias		R\$ -
	Subtotal		R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1		R\$ -
	Total		R\$ -
Total			R\$ -

Nota1: Percentual de 12,10% estipulado para "Férias e Adicional de Férias" em conformidade com o item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 e provisão da Conta-Depósito Vinculada, conforme Caderno de Logística.

Nota 2: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018). Calculado de acordo com Caderno de Logística de Conta-Depósito Vinculada.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (SAT: RATxFAP)		R\$ -
D	SESI OU SESC		R\$ -
E	SENAI OU SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total		0,00%	R\$ -

Nota 1: Em relação ao SAT, foi considerada a alíquota do RAT, no percentual de 3%, com base no estudo constante do Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do STJ, item 5.3.2.4 GIL/RAT, pág. 47. Contudo, considerando que o SAT é apurado pelo RAT x FAP, a licitante deverá elaborar sua planilha de custos e formação de preços considerando a alíquota efetiva do RAT, de acordo com o enquadramento do seu CNAE, multiplicada pelo seu FAP.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Quantidade	Valor	Valor (R\$)
A	Transporte			R\$ -
A.1	Desconto Transporte			R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação			
B.1	Desconto Auxílio-Refeição/Alimentação			R\$ -
C	Assistência médica e familiar			

E	Seguro de vida, invalidez e funeral			
F	Outros			
Total de benefícios mensais e diários				R\$ -

Nota 1: No cálculo do custo com transporte, foi considerado o fornecimento de 2 passagens por dia de trabalho. Na hipótese de o profissional alocado no contrato optar por não receber vale-transporte em determinado mês, o valor do benefício deverá ser glosado no faturamento.

Nota 2: Valor do "Auxílio-Refeição/Alimentação" definido conforme pesquisa de preços, no termo do Acórdão TCU 1207/2024 - Plenário.

Nota 3: Desconto máximo permitido sobre "Auxílio-Refeição/Alimentação", definido conforme cláusula 10ª, §6º, da CCT.

Nota 4: Para concessão de vale-transporte, foi considerado o fornecimento para 21 dias, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 5: Considerando que o valor do vale-alimentação foi estabelecido com base em pesquisa de preços condizente com a formação e a experiência do profissional a ser alocado no contrato, com fonte atualizada até outubro de 2025, não haverá repactuação dessa rubrica no exercício de 2026, aplicando-se, nesse caso, o percentual definido pela CCT de 2027, apresentada pela contratada em sua proposta de preços.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)		
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-	
TOTAL		R\$	-	

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado			R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			R\$ -
C	Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado			R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado			R\$ -
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado			R\$ -
Total			0,00%	R\$ -

Nota 1: No cálculo do percentual do "Aviso Prévio Indenizado", foi considerada que é 5,55% a estimativa de empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 2: Incidência do FGTS sobre o "Aviso Prévio Indenizado", conforme Súmula 305 TST e Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR

Nota 3: Percentualde de 4% para "Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado" estabelecido de acordo com item 14 do Anexo XII da IN 05/2017, excluída alíquota de 10%, que correspondia à contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, conforme Lei nº 13.932/2019.

Nota 4: Quanto ao "Aviso Prévio Trabalhado", o percentual de 1,94% será aplicável apenas no primeiro ano, havendo prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser ajustado por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato e ajuste da planilha de custos e formação de preços, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P e Acórdão TCU nº 1186/2017-P.

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE				
Submódulo 4.1 - Ausências Legais				
4.1	Ausências Legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias			R\$ -
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais			R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade			R\$ -
D	Substituto na Cobertura de Ausências Maternidade			R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho			R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Auxílio Doença			R\$ -
	Subtotal			R\$ -
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 4.1			R\$ -
Total				R\$ -

Nota 1: Não haverá substituição quando das férias do empregado "titular", não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Férias".

Nota 2: Não haverá substituição para os casos de ausências legais, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Ausência Legais"

Nota 3: Não haverá substituição para o caso de licença paternidade, não ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Licença Paternidade".

Nota 4: No cálculo do percentual da "Licença Maternidade" foi considerado o índice de ocorrência de 0,02% como média de trabalhadoras que são mães durante o ano, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR.

Nota 5: Não haverá substituição para o caso de acidente de trabalho, referente aos 15 primeiros dias de afastamento, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho".

Nota 6: Não haverá substituição para os casos de ausência por motivo de doença, referente aos 15 primeiros dias de afastamento, não devendo ser previsto, portanto, custo para o item "Substituto na Cobertura de Auxílio Doença".

Submódulo 4.2 - Intraornada			
4.2	Intraornada		Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação		
Total			

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)	
4.1	Ausências Legais	R\$	-
4.2	Intraornada	R\$	-
Total		R\$	-

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/EPIs	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Crachá	
Total de Insumos Diversos		R\$ -

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos			R\$ -
B	Lucro			R\$ -
C	Tributos			
C.1	Tributos Federais (especificar)			
C.1.1	PIS			R\$ -
C.1.2	COFINS			R\$ -
C.1.3	ISS			R\$ -
Total				R\$ -

Nota 1: Os percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" foram definidos de acordo com a média de índices apurados em contratos do CRCMG, a recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e com base nos índices referenciais constantes dos estudos exarados na Nota Técnica nº 1/2007 – SCI/STF e na Portaria STJ/GDG nº 410/2020 (Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ). **A proposta da licitante não poderá apresentar índice superior ao somatório dos percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" estabelecidos nesta planilha.**

Nota 2: Para os percentuais de PIS e COFINS foi adotada a tributação pelo lucro presumido, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR. Contudo, a licitante deve elaborar sua proposta de preços, assim como sua planilha de custos e formação de preços, com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.

Nota 3: Para estimativa do custo da planilha foi adotado o índice de 5%, conforme orientação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e Portaria STJ/GDG nº 410/2020. Contudo, a licitante deve informar, no Módulo 6 – Custos indiretos, Tributos e Lucro, o percentual de efetivo recolhimento para fins de averiguação da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a ser utilizada no faturamento dos serviços.

Quadro-Resumo do Custo por Empregados

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ -
Subtotal (A + B + C + D + E):			R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ -
Valor Total do Empregado			R\$ -
Valor Total do Posto			R\$ -

COMPARATIVO DO FATOR K

ÍNDICE APURADO NESTA PLANILHA	#DIV/0!
ACÓRDÃO Nº 1755/2013 – TCU / OFÍCIO CIRCULAR AUDIN/MPU N.º 11/2006, de 15.09.06	3,00 a 3,50
ÍNDICE INDICADO NA NOTA TÉCNICA Nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR	2,70

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
APURAÇÃO DOS CUSTOS ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE TELEATENDENTE	
Nº do Processo	Processo Administrativo de Contratação nº 009/2026
Nº da Licitação	Pregão Eletrônico nº 002/2026

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
A	Município/UF	
B	CCT (REFERÊNCIA)	
C	Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE CONTRATAR
Teleatendente	Posto	2

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Teleatendente
2	Salário normativo da categoria profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Teleatendente
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	2025
5	Quantidade (nº de trabalhadores)	2

Nota 1: Valor salarial conforme Convenção Coletiva de Trabalho adotada como referência.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ -
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST)	
G	Outros (especificar)	
Total da Remuneração		R\$ -

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
B.1	Férias		R\$ -
B.2	Adicional de Férias		R\$ -
	Subtotal		R\$ -
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1		R\$ -
	Total		R\$ -
Total			R\$ -

Nota1: Percentual de 12,10% estipulado para "Férias e Adicional de Férias" em conformidade com o item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 e provisão da Conta-Depósito Vinculada, conforme Caderno de Logística.

Nota 2: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018). Calculado de acordo com Caderno de Logística de Conta-Depósito Vinculada.

Nota 3: Considerando que a estimativa de custo para o posto de teleatendente foi obtida por meio de Convenção Coletiva de Trabalho de 2025, as licitantes poderão apresentar suas propostas com base em CCT, a que estiverem vinculadas, referente ao ano de 2025, assegurada repactuação após a aprovação e entrega da CCT de 2026 no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos termos da Orientação Normativa AGU n.º 25/2009.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente do Trabalho (SAT: RATxFAP)		R\$ -
D	SESI OU SESC		R\$ -
E	SENAI OU SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total		0,00%	R\$ -

Nota 1: Em relação ao SAT, foi considerada a alíquota do RAT, no percentual de 3%, com base no estudo constante do Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do STJ, item 5.3.2.4 GIL/RAT, pág. 47. Contudo, considerando que o SAT é apurado pelo RAT x FAP, a licitante deverá elaborar sua planilha de custos e formação de preços considerando a alíquota efetiva do RAT, de acordo com o enquadramento do seu CNAE, multiplicada pelo seu FAP.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Quantidade	Valor	Valor (R\$)
A	Transporte			
A.1	Desconto Transporte			
B	Auxílio-Refeição/Alimentação			
B.1	Desconto Auxílio-Refeição/Alimentação			
C	Assistência médica e familiar			

E	Seguro de vida, invalidez e funeral			
F	Outros			
Total de benefícios mensais e diários				R\$

Nota 1: No cálculo do custo com transporte, foi considerado o fornecimento de 2 passagens por dia de trabalho. Na hipótese de o profissional alocado no contrato optar por não receber vale-transporte em determinado mês, o valor do benefício deverá ser glosado no faturamento.

Nota 2: Valor do "Auxílio-Refeição/Alimentação" definido conforme cláusula 13ª da CCT.

Nota 3: Desconto máximo permitido sobre "Auxílio-Refeição/Alimentação", definido conforme cláusula 13ª, §3º, da CCT.

Nota 4: Para concessão de vale-transporte e de auxílio refeição/alimentação, foi considerado o fornecimento para 21 dias, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 5: Valor da "Assistência médica e familiar" definido conforme cláusula 15ª, §3º, da CCT.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
TOTAL		R\$ -

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		R\$ -
C	Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado		R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado		R\$ -
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		R\$ -
Total		0,00%	R\$ -

Nota 1: No cálculo do percentual do "Aviso Prévio Indenizado", foi considerada que é 5,55% a estimativa de empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR e Acórdão TCU nº 1904/2007-P.

Nota 2: Incidência do FGTS sobre o "Aviso Prévio Indenizado", conforme Súmula 305 TST e Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR

Nota 3: Percentual de 4% para "Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado" estabelecido de acordo com item 14 do Anexo XII da IN 05/2017, excluída alíquota de 10%, que correspondia à contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, conforme Lei nº 13.932/2019.

Nota 4: Quanto ao "Aviso Prévio Trabalhado", o percentual de 1,94% será aplicável apenas no primeiro ano, havendo prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser ajustado por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato e ajuste da planilha de custos e formação de preços, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007-P e Acórdão TCU nº 1186/2017-P.

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias (somente a partir segundo ano do contrato)		R\$ -
B	Substituto na Cobertura de Ausência Legais		R\$ -
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade		R\$ -
D	Substituto na Cobertura de Ausências Maternidade		R\$ -
E	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de trabalho		R\$ -
F	Substituto na Cobertura de Auxílio Doença		R\$ -
Subtotal			R\$ -
G	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 4.1		R\$ -
Total			R\$ -

Nota 1: O custo de reposição para o profissional ausente por motivo de férias somente deverá ser considerado para o segundo ano do contrato.

Nota 2: Para "Ausências Legais", foi considerada a média de 1 falta de cada trabalhador por ano, de acordo com estatísticas do IBGE. (Acórdão TCU nº 1904/2007-P)

Nota 3: No cálculo do percentual da "Licença Paternidade", foi considerada a média de 1,5% de trabalhadores que são pais durante o ano, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR e de acordo estatísticas IBGE. (Acórdão TCU nº 1904/2007-P)

Nota 4: No cálculo do percentual da "Licença Maternidade" foi considerado o índice de ocorrência de 0,02% como média de trabalhadoras que são mães durante o ano, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR.

Nota 5: O custo para "Ausência por Acidente de trabalho" refere-se aos 15 primeiros dias em que o empregado sofre algum acidente, ficando a remuneração a cargo do empregador, tendo sido considerado, ainda, o percentual de 8% como a média de trabalhadores que sofrem acidentes por ano, de acordo estatísticas do IBGE. (Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISSET/SG-PR e Acórdão TCU nº 1904/2007-P)

Nota6: Para "Auxílio Doença", foi considerada média 5 faltas por trabalhador durante o ano por motivos de doença. (Acórdão TCU nº 1904/2007-P)

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$ -
4.2	Intra jornada	R\$ -
Total		R\$ -

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes/EPIs	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Crachá	
Total de Insumos Diversos		R\$ -

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos			R\$ -
B	Lucro			R\$ -
C	Tributos			
C.1	Tributos Federais (especificar)			
C.1.1	PIS			R\$ -
C.1.2	COFINS			R\$ -
C.1.3	ISS			R\$ -
Total				R\$ -

Nota 1: Os percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" foram definidos de acordo com a média de índices apurados em contratos do CRCMG, a recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e com base nos índices referenciais constantes dos estudos exarados na Nota Técnica nº 1/2007 – SCI/STF e na Portaria STJ/GDG nº 410/2020 (Manual de Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços do STJ). **A proposta da licitante não poderá apresentar índice superior ao somatório dos percentuais de "Lucro" e "Custos Indiretos" estabelecidos nesta planilha.**

Nota 2: Para os percentuais de PIS e COFINS foi adotada a tributação pelo lucro presumido, conforme recomendação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR. Contudo, a licitante deve elaborar sua proposta de preços, assim como sua planilha de custos e formação de preços, com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.

Nota 3: Para estimativa do custo da planilha foi adotado o índice de 5%, conforme orientação da Nota técnica n.º2/2018/CGAC/CISET/SG-PR e Portaria STJ/GDG nº 410/2020. Contudo, a licitante deve informar, no Módulo 6 – Custos indiretos, Tributos e Lucro, o percentual de efetivo recolhimento para fins de averiguação da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a ser utilizada no faturamento dos serviços.

Quadro-Resumo do Custo por Empregados

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ -
Subtotal (A + B + C + D + E):			R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ -
Valor Total do Empregado			R\$ -
Valor Total do Posto			R\$ -

COMPARATIVO DO FATOR K		
ÍNDICE APURADO NESTA PLANILHA		#DIV/0!
ACÓRDÃO Nº 1755/2013 – TCU / OFÍCIO CIRCULAR AUDIN/MPU N.º 11/2006, de 15.09.06		3,00 a 3,50
ÍNDICE INDICADO NA NOTA TÉCNICA Nº 2/2018/CGAC/CISET/SG-PR		2,70

**ANEXO III - MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO NAS FATURAS E DE PAGAMENTO
DIRETO AOS TRABALHADORES**

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede no endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, Sr(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, para fins de celebração do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 002/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, de Desenvolvedor Web Sênior - Full Stack - Sênior, Arquivista Pleno e Teleatendentes, a serem executados na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, nº 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG, durante o período de 12 (doze) meses, **DECLARA QUE AUTORIZA**, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 e dos dispositivos correspondentes do Edital:

(X) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores retidos na fatura sejam depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS, quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o item "d" do subitem 1.2.

(X) que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

_____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome:

CPF:

Cargo:

OBSERVAÇÕES:

Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, Sr(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 002/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de mão de obra, em regime de dedicação exclusiva, de Desenvolvedor Web Sênior - Full Stack, Arquivista Pleno e Teleatendentes, a serem executados na sede do CRCMG, localizada na rua Cláudio Manoel, nº 639, bairro Savassi, Belo Horizonte-MG, durante o período de 12 (doze) meses, **DECLARA** que possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa e endereço	Vigência do contrato	Valor total do contrato*
Nome: Endereço: Telefone:	de ____/____/____ a ____/____/____	R\$....
Nome: Endereço: Telefone:	de ____/____/____ a ____/____/____	R\$....
Nome: Endereço: Telefone:	de ____/____/____ a ____/____/____	R\$....
Valor total dos contratos		R\$....

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

A) COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO Nº 1

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}^*} > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

B) COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO Nº 2

Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}}$$

_____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome:

CPF:

Cargo:

OBSERVAÇÕES:

Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.

ANEXO V – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.
2. O objetivo do IMR é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo.
3. Desse modo, o preço estabelecido em contrato corresponde à execução com máxima qualidade. Portanto, a execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado, seguindo os critérios descritos neste anexo e na Ficha de Inspeção.

Indicador nº 01 – Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack	
Execução do serviço de Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack	
Quantidade de apontamentos/reclamações realizados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a manutenção, o fluxo de desenvolvimento e a qualidade dos sistemas/programas produzidos, de acordo com obrigações e condições estabelecidas no ato convocatório e seus anexos, em atendimento às necessidades do CRCMG.
Meta a cumprir	Menor do que 6 apontamentos/reclamações, por mês
Instrumento de medição	Contagem do número de apontamentos realizada pelo fiscal e de reclamações dos usuários por mês.
Forma de acompanhamento	Controle por parte do fiscal acerca dos apontamentos e reclamações.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Somatório
Início de vigência	Da data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste do pagamento	<ul style="list-style-type: none"> • Até 5 apontamentos/reclamações = 100% do valor mensal do contrato; • De 6 a 10 apontamentos/reclamações = 90% do valor mensal do contrato; • Acima de 10 apontamentos/reclamações = 80% do valor mensal do contrato.
Sanções	Conforme o Contrato e o Termo de Referência
Observações	

Indicador nº 01 – Arquivista Pleno	
Execução do serviço de Arquivista Pleno	
Quantidade de apontamentos/reclamações realizados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a gestão, organização e tratamento adequados do acervo documental do CRCMG, de acordo com as obrigações e condições estabelecidas no ato convocatório e seus anexos e as normas vigentes que tratam da matéria, em atendimento às necessidades do CRCMG.
Meta a cumprir	Menor do que 6 apontamentos/reclamações, por mês
Instrumento de medição	Contagem do número de apontamentos realizada pelo fiscal e de reclamações dos usuários por mês

Forma de acompanhamento	Controle por parte do fiscal acerca dos apontamentos e reclamações, mediante preenchimento da Ficha de Inspeção.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Somatório
Início de vigência	Da data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste do pagamento	<ul style="list-style-type: none"> Até 5 apontamentos/reclamações = 100% do valor mensal do contrato; De 6 a 10 apontamentos/reclamações = 90% do valor mensal do contrato; Acima de 10 apontamentos/reclamações = 80% do valor mensal do contrato.
Sanções	Conforme o Contrato e o Termo de Referência
Observações	

Indicador nº 01 – Teleatendentes	
Execução do serviço de Teleatendentes	
Quantidade de apontamentos/reclamações realizados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento telefônico da entidade, de forma eficiente, ágil e com assertividade e qualidade das informações.
Meta a cumprir	Menor do que 6 apontamentos/reclamações, por mês.
Instrumento de medição	Contagem do número de apontamentos realizada pelo fiscal e de reclamações dos usuários por mês.
Forma de acompanhamento	Controle por parte do fiscal acerca dos apontamentos e reclamações, mediante preenchimento da Ficha de Inspeção.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Somatório
Início de vigência	Da data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste do pagamento	<ul style="list-style-type: none"> Até 5 apontamentos/reclamações = 100% do valor mensal do contrato; De 6 a 10 apontamentos/reclamações = 90% do valor mensal do contrato; Acima de 10 apontamentos/reclamações = 80% do valor mensal do contrato.
Sanções	Conforme o Contrato e o Termo de Referência
Observações	

Indicador nº 02	
Cumprimento das obrigações trabalhistas/ previdenciárias dos terceirizados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias do empregado da contratada e resguardar o CRCMG de eventual responsabilização solidária.
Meta a cumprir	Menor do que 5 (cinco) ocorrências por mês
Instrumento de medição	Contagem do número de ocorrências realizada pelo fiscal
Forma de acompanhamento	Controle por parte do fiscal acerca dos apontamentos e reclamações, mediante preenchimento da Ficha de Inspeção.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Somatório

Início de vigência	Da data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste do pagamento	<ul style="list-style-type: none">• Até 4 ocorrências/dias = 100% do valor mensal do contrato;• De 5 a 8 ocorrências/dia = 90% do valor mensal do contrato;• Acima de 9 ocorrências/dias = 80% do valor mensal do contrato.
Sanções	Conforme o Contrato e o Termo de Referência
Observações	

ANEXO VI - FICHA DE INSPEÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O modelo abaixo deverá ser utilizado para os serviços de alocação da mão de obra dos postos de Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack e Arquivista Pleno.

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS MENSAL – REF. MÊS ____/20__			
POSTO: _____			
Descrição	Verificação dos serviços		Observação
	Adequado	Inadequado	
Execução das atividades conforme o contrato			
Qualidade do serviço executado			
Cumprimento das orientações repassadas, em conformidade com o escopo do contrato			
Conhecimentos básicos necessários à execução dos serviços			
Assiduidade do empregado			
Pontualidade do empregado			
Tratamento dispensado às autoridades e aos empregados do CRCMG, quando da execução do serviço			
Tratamento dispensado ao público externo, quando da execução do serviço			
COMPILAÇÃO DAS INADEQUAÇÕES			
Quantidade de Apontamentos			xx
Faixa de ajuste de pagamentos			xx%
Assinatura do fiscal do contrato:			

2. O modelo abaixo deverá ser utilizado para os serviços de alocação da mão de obra dos postos de Teleatendentes.

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS MENSAL – REF. MÊS ____/20__			
POSTO: TELEATENDENTE			
Descrição	Verificação dos serviços		Observação
	Adequado	Inadequado	
Execução das atividades conforme o contrato			
Qualidade do serviço executado			
Cumprimento das orientações repassadas, em conformidade com o escopo do contrato			
Conhecimentos básicos necessários à execução dos serviços			
Assiduidade do empregado			
Pontualidade do empregado			
Tratamento dispensado às autoridades e aos empregados do CRCMG, quando da execução do serviço			

Tratamento dispensado ao público externo, quando da execução do serviço			
Substituição do empregado nas hipóteses previstas no contrato			
COMPILAÇÃO DAS INADEQUAÇÕES			
Quantidade de Apontamentos			xx
Faixa de ajuste de pagamentos			xx%
Assinatura do fiscal do contrato:			

3. O modelo abaixo deverá ser utilizado para todos os postos (Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack, Arquivista Pleno e Teleatendentes).

AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA MENSAL – REF. MÊS ____/20____			
Descrição	Verificação dos serviços		Observação
	Adequado	Inadequado	
Registro e controle diário da assiduidade e da pontualidade do empregado			
Pagamento, regular, dos salários, vales-transportes, vales-refeições, seguros, encargos fiscais e sociais			
Apresentação das CNDs negativas do INSS, do FGTS e da Justiça do Trabalho			
Pagamento do salário na conta bancária do empregado, conforme valores e condições pactuadas em contrato			
Apresentação da documentação relativa à fiscalização do contrato (inicial, mensal ou quando solicitada)			
COMPILAÇÃO DAS INADEQUAÇÕES			
Quantidade de Ocorrências			xx
Faixa de ajuste de pagamentos			xx%
Assinatura do fiscal do contrato:			

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS (CRCMG) E A EMPRESA

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Cláudio Manoel, 639, Bairro Savassi, inscrito no CNPJ/MF sob o número 17.188.574/0001-38, representado por sua presidente, Contadora Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa *inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº Administrativo de Contratação n.º 009/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente Pregão Eletrônico nº 002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Contratação de serviços comuns de natureza continuada de empresa especializada na terceirização de mão de obra, visando ao fornecimento, em regime de dedicação exclusiva, de Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack, Arquivista Pleno e Teleatendentes, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência e seu Apêndice II;
- 1.2.2. A Proposta do contratado;
- 1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. Pela execução dos serviços, objeto deste contrato, o CRCMG pagará à contratada os valores discriminados nas tabelas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Desenvolvedor Web Sênior – Full Stack	25917	Posto	1	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
2	Arquivista Pleno	14036	Posto	1	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
3	Teleatendentes	13447	Posto	2	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

8.1.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;

9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;

9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.57. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.58. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, (LGPD), é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais. O CRCMG seguindo as boas práticas de governança e compliance está comprometido com seus deveres de garantia da privacidade e de proteção de dados pessoais, e preza em todas as relações contratuais que os envolvidos adotem boas práticas de governança, visando sempre o interesse do respeito a legislação vigente.

10.2. Neste sentido, a CONTRATADA declara estar ciente que a CONTRATANTE é uma entidade de fiscalização tendo como uma de suas atividades precípuas, o registro de categoria profissional, regida pelo princípio do acesso à informação normatizado pela Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Sendo assim, realiza o tratamento de dados para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais e cumprir as atribuições legais do serviço público,

e, portanto, eventuais dados pessoais dos sócios, representantes legais, prepostos e demais envolvidos na relação do objeto do presente contrato, estarão disponíveis no Portal da Transparência, nos termos do art. 23 da LGPD.

10.3. A CONTRATADA no ato da assinatura do presente instrumento, declara que se encontra adequada e capaz de garantir a devida proteção e manuseio dos dados pessoais que sejam tangíveis, ou que, pessoalmente identifiquem ou tornem identificáveis, quaisquer empregados, clientes, agentes, usuários final, fornecedor, contatos, ou qualquer pessoa natural cujos dados pessoais sejam objeto de tratamento das respectivas instituições a quem pertencem os sócios quotistas incluindo suas filiais, subsidiárias, ou grupo econômico a que pertençam, em conformidade com a LGPD.

10.4. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.5. As partes deverão adotar todas as políticas e medidas protetivas definitivas na LGPD, promovendo políticas de proteção de dados com adoção de ferramentas tecnológicas, jurídicas e humanas, para coleta e proteção de dados pessoais de pessoas naturais, no âmbito do desenvolvimento do objeto do presente contrato.

10.6. Ressalvado o disposto no item 10.7, é vedada à CONTRATADA a subcontratação do processamento dos dados pessoais recebidos, bem como a transferência do processamento ou tratamento para qualquer empresa ou terceiro, inclusive no exterior, sem o consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, no âmbito do objeto deste contrato.

10.7. A CONTRATADA, no âmbito de suas relações comerciais próprias, poderá contratar serviços de armazenamento em nuvem para os dados relacionados ao presente contrato, desde que essenciais à execução dos serviços e em acordo com as finalidades e os limites deste ajuste e as disposições da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

10.7.1. A CONTRATADA atesta que a prestadora dos serviços de armazenamento em nuvem possui condições de fornecer o nível adequado de proteção dos dados sob a sua guarda, em conformidade com as exigências estipuladas na Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

10.7.2. A prestadora dos serviços de armazenamento em nuvem atuará na condição de suboperadora dos dados e, no caso de descumprir as determinações da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), responderá a CONTRATADA perante o CRCMG.

10.8. A CONTRATADA se compromete a, na execução das suas atividades contratualmente previstas, não coletar dados pessoais de terceiros sem a observância dos pressupostos da LGPD, tampouco compartilhar ou enviar tais dados para a CONTRATANTE, quando seu tratamento estiver em desconformidade com a referida legislação, sob pena de caracterizar inadimplemento contratual, passível, inclusive, de motivar a rescisão prevista no presente instrumento.

10.9. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

10.10. A CONTRATADA se compromete com a qualidade dos dados pessoais eventualmente fornecidos à CONTRATANTE em decorrência do presente contrato, zelando pela entrega de dados corretos e atualizados,

buscando sempre o melhor interesse dos titulares, respeitando os seus direitos e reforçando sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 da LGPD.

10.11. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais, e os eliminará completamente com todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo quando a CONTRATADA tenha que mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD, sob pena de responsabilização administrativa, cível e penal.

10.12. Em caso de eventual coleta de dados pessoais sensível, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

10.13. Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes no item 10.11 acima.

10.14. As partes informarão imediatamente entre si caso o titular dos dados, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou terceiros solicitem informações sobre o tratamento de dados pessoais relacionados ao presente contrato ou mesmo determine, legalmente amparada, a eliminação ou anonimização dos dados compartilhados.

10.15. A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle externo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial total do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6 observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.1.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.5. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.5.1.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.5.1.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com

agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CRCMG deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Projeto: 5002 – Tecnologia da Informação
- II. Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.021 – Serviços de apoio administrativo e operacional
- III. Centro de custo: 327 / 328 / 322

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO CRCMG

18.1. O Contratado deverá tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação do CRCMG, instituída pela Portaria Pres CRCMG nº 077/2025, disponível em <http://cadastro.crcmg.org.br/ged/>, e se comprometer com a observância e o acatamento de suas diretrizes, sempre que tiver acesso a qualquer informação ou comunicação do CRCMG, oriundas da relação firmada por este instrumento.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA/DIGITAL

19.1. Nos termos da Lei nº 14.063/2020 e do Decreto nº 10.543/2020, as partes e as testemunhas concordam expressamente em utilizar assinatura eletrônica para ratificação e legitimação dos termos ajustados no presente instrumento, reconhecendo que a formalização, por esse procedimento, é bastante suficiente à sua integral validade jurídica e vinculação das partes ao Contrato.

19.2. As partes renunciam à possibilidade de exigir a troca, envio ou entrega das vias originais (não eletrônicas) assinadas do instrumento, bem como renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas digitais ou eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. É eleito o Foro da Justiça Federal - Subseção de Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Belo Horizonte, de de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS
Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira
Presidente do CRCMG

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal do CONTRATADO

Testemunhas:

- 1.
- 2.

Visto jurídico
do CRCMG:

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO SINDICAL

DECLARO que a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx inscrita no CNPJ (MF) nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrição estadual nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida em, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, tem como atividade preponderante xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (informar apenas a atividade preponderante da empresa. Não deve ser preenchido com a lista de atividades da empresa), logo, nos termos da legislação aplicável, acerca do enquadramento sindical desta empresa, está regularmente vinculada ao Sindicato xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades.

DECLARO, ainda, que (a empresa deve apresentar justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta).

_____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome:
CPF:
Cargo:

OBSERVAÇÕES:

Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.